

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CINTIA LAURECI COELHO

**INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSO DE
CAPACITAÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE PARA EDUCADORAS DA CASA LAR JANDIRA
JOVITA DA ROSA**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 23/07/2007


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2007

CINTIA LAURECI COELHO

**INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSO DE
CAPACITAÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE PARA EDUCADORAS DA CASA LAR JANDIRA
JOVITA DA ROSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina[,] para
a obtenção do título de Assistente Social.

Professora Orientadora: Dr^a Carla Rosane
Bressan

FLORIANÓPOLIS


2007

CINTIA LAURECI COELHO

**INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSO DE
CAPACITAÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE PARA EDUCADORAS DA CASA LAR JANDIRA
JOVITA DA ROSA**

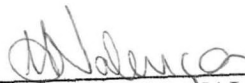
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, no
Departamento de Serviço Social, do Centro
Sócio Econômico, da Universidade Federal de
Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de Julho de 2007.




CARLA ROSANE BRESSAN

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina



MARIA MANOELA VALENÇA

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina



ELAINE PAES E LIMA

Presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida. Por me ter dado uma família maravilhosa, pessoas tão especiais que fazem parte de minha vida, como também o são muitas daquelas que já cruzaram meu caminho.

A meus pais, principalmente minha amada mãe, que esteve sempre ao meu lado, auxiliando e me dando forças para continuar a caminhada. E a meu querido pai, que foi para junto de Deus, logo que iniciei este curso, mas, acredito, de onde se encontra, sempre esteve me dando forças e coragem para enfrentar as dificuldades.

Ao Emílio, meu amor, sempre companheiro e paciente, que, com muito carinho, incentivou e apoiou minhas decisões.

À professora Dr^a Carla Rosane Bressan que, como orientadora, foi uma profissional comprometida e dedicada, e que ensinou muito, contribuindo para o meu aprendizado e formação.

Aos meus sobrinhos Gabriel, Arthur, Guilherme e Eduardo, pela felicidade que eles trazem à minha vida, pelos momentos em que, estando eu triste e cansada, me trouxeram alegria, e também por aqueles em que eu queria estudar e eles não paravam de fazer barulho, tirando a minha concentração. Amo vocês, nenéns da Kika.

À assistente social Izaiane Latrônico Motta, minha supervisora na Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criançinhas, que me auxiliou e ensinou que, se as coisas estavam ruins, que eu não me preocupasse, pois “tudo vai dar certo”. Ela é um exemplo de profissional e uma pessoa que admiro demais. E também a toda a equipe da CVM, Giovana, Giane, Marcelo, Agda, Suzana, Arthur e às educadoras da Casa Lar.

Mulheres e Homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *aprender*. Por isso, somos os únicos em quem *aprender é* uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é *construir*, *reconstruir*, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

(PAULO FREIRE, 1996)

RESUMO

A partir da experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório, na Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criançinhas, iniciou-se um processo de investigação e levantamento sobre a questão da dissonância entre a proposta de atuação da instituição, que tem como base o Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação a algumas atividades e ações das educadoras, desenvolvidas junto às crianças e adolescentes abrigados. A partir dessa questão, foi elaborada uma proposta de intervenção, no âmbito do serviço social, materializada na forma de uma capacitação sobre o ECA, para as educadoras da Casa Lar Jandira Jovita da Rosa. A metodologia utilizada neste trabalho tomou por base uma pesquisa bibliográfica, que subsidiou o processo de explanação das concepções de infância adotadas nos diversos períodos históricos do país, como também o planejamento, que deu legitimidade à intervenção do serviço social no processo de capacitação. Essa vivência da capacitação aconteceu em três encontros quinzenais com as educadoras da Casa Lar. Procurou-se destacar neste trabalho que, como assistente social, deve-se estar atento a todas as situações que fazem parte do cotidiano profissional e da sua esfera de atuação, para que se possa reconhecer problemáticas e construir propostas de trabalho que busquem a ampliação da cidadania e garantia de direitos. Dessa forma, a proposta foi desenvolvida no sentido de verificar que a concepção de infância que norteava a prática das educadoras, em alguns momentos, estava em sintonia com a instituição e outras vezes não. Com isso, se objetivou que o processo de intervenção fornecesse subsídios para que as educadoras refletissem e apreendessem sobre a concepção contida no Estatuto, frente a situações compatíveis com a realidade da Casa Lar. Constituiu-se assim uma possibilidade de aprofundar o conhecimento das educadoras sobre o Estatuto, para que pudessem reconhecer os direitos das crianças e adolescentes e, dessa forma, avaliar a sua atuação como educadoras. Este trabalho é resultado de um processo profissional subsidiado pelo aparato teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, onde, como profissional propositivo, se buscou alternativas de intervenção, tendo em vista a realidade dos educadores, da instituição e das crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Criança e Adolescente. Abrigamento. Conscientização. Avaliação.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	DO SURGIMENTO DE INFÂNCIA À CONCEPÇÃO CONTRUÍDA NO BRASIL	11
1.1	A TRAJETÓRIA DO SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA ATÉ À REPÚBLICA	11
1.2	A INFÂNCIA ASSUMIDA NA PERSPECTIVA DA REPRESSÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO	15
1.3	PERÍODO DE PROFUNDAS MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA	20
2	A CVM COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO ACERCA DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA FIRMADA PELO ECA	25
2.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A INSTITUIÇÃO E O ESTÁGIO NELA DESENVOLVIDO	25
2.1.1	O processo de estágio	26
2.2	A IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO NA INSTÂNCIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	29
2.3	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO APRESENTADA PELA ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL	31
2.3.1	Planejamento dos encontros	34
2.3.1.1	Primeiro Encontro	36
2.3.1.2	Segundo Encontro	36
2.3.1.3	Terceiro Encontro	36
2.3.2	Instrumental teórico-metodológico norteador do processo de intervenção	36
3	A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO	39
3.1	A REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS	39
3.1.1	Primeiro Encontro – 27 de abril de 2007	39
3.1.2	Segundo Encontro – 11 de maio de 2007	43
3.1.3	Terceiro Encontro – 1º de junho de 2007	45
3.2	AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DAS EDUCADORAS	49
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – PROJETO DE CAPACITAÇÃO	60
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA DE INTERESSE	75
	APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO	76
	APÊNDICE D – CONVITES	77
	APÊNDICE E – RESUMO DO PRIMEIRO ENCONTRO	80
	ANEXO – ARTIGOS DO ECA ABORDADOS NOS ENCONTROS	85

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da prática do estágio curricular obrigatório, na Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas – CVM, no período de setembro de 2006 a março de 2007, a qual foi supervisionada pela assistente social Izaiane Latrônico Motta (campo) e pela professora Maria Teresa dos Santos (parte pedagógica).

A atuação esteve voltada mais exclusivamente para um dos programas mantidos pela CVM, a Casa Lar Jandira Jovita da Rosa, que atende meninos de 3 a 6 anos e meninas de 3 a 18 anos, em sistema de abrigo. Dentro da prática profissional, foi desempenhado um trabalho multidisciplinar, envolvendo psicólogos e pedagogo que faziam parte da equipe técnica da instituição e os educadores do programa, que trabalhavam diretamente com os abrigados.

No decorrer do processo de estágio, foi possível entrar em contato com todas as atividades desenvolvidas pela assistente social, bem como os trâmites legais junto ao Conselho Tutelar, juizado, prefeitura e órgãos conveniados, no que se refere ao processo de abrigamento das crianças e adolescentes. Procedimentos estes que têm como suporte o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como também acontece com a atividade da equipe técnica e dos educadores da instituição.

O ECA traz no seu bojo uma concepção de criança e adolescente, de proteção integral, em que seus direitos devem ser cumpridos por todos aqueles que fazem parte da vida dessas crianças e adolescentes. Ele aponta os deveres dos atores sociais que devem dar conta do reconhecimento e cumprimento dos direitos contidos nessa lei.

A partir da concepção de infância e adolescência adotada pelo Estatuto, foi possível perceber, no período de estágio, uma questão que afligia muitas educadoras da Casa Lar. Ou seja, em alguns momentos de suas ações, elas tinham dúvidas e/ou questionamentos quanto ao que faziam, em relação ao que está previsto no ECA. Muitas vezes, traziam valores e concepções do senso comum em relação às crianças e adolescentes, lidando com determinadas situações que tinham dificuldades de explicar e também reconhecendo que não possuíam um conhecimento mais aprofundado sobre o Estatuto.

Tendo em vista esses fatos, juntamente com a assistente social, foi identificada a necessidade de desenvolver um projeto de capacitação com os educadores da Casa Lar, para abordar as questões observadas. Dessa forma, nos propusemos a fazer um momento de exposição, discussão e reflexão sobre os conceitos dos educadores relativos às crianças e

adolescentes e aprofundar a concepção contida no Estatuto, com o estudo de alguns de seus artigos.

A proposta apresentada consistiu na capacitação por meio de um trabalho interdisciplinar, envolvendo representantes do serviço social e da psicologia. Este último abordaria o desenvolvimento infantil, conhecimento necessário para compreensão do Estatuto, uma vez que ele trata as crianças e adolescentes como sendo “pessoas humanas em processo de desenvolvimento”.

Dessa forma, se buscou desenvolver o TCC tendo, como objeto de pesquisa, a concepção de infância das educadoras.

Para melhor compreender como se originou essa concepção, tornou-se necessário visualizar o processo ao longo da história. Assim, o primeiro capítulo apresenta uma abordagem da forma como a sociedade percebia a infância, nos diversos períodos históricos, e de como ela influenciou diretamente a maneira como as políticas para a infância foram se configurando. Não se trata, porém, de um histórico das políticas públicas para a infância. O que se faz é um breve resgate histórico da descoberta da infância na Europa, tendo em vista que essa foi a concepção que influenciou o conceito de infância adotado no Brasil. Segue-se explanando como a concepção de infância foi se modificando, no decorrer da história da sociedade brasileira, até o pensamento que vai influenciar a elaboração do ECA, ou seja, nos dias atuais, em que a criança e o adolescente passam a ter um papel central dentro da sociedade.

No segundo capítulo, relata-se a experiência do estágio, que propiciou visualizar a problemática e identificar a necessidade de intervenção. Explica-se como se deu o processo de planejamento da capacitação, a metodologia e os instrumentais utilizados, bem como as contribuições do serviço social.

E, finalmente, no terceiro capítulo, o processo de capacitação é relatado. Se fala sobre os encontros, a intervenção do serviço social e as contribuições da psicologia, nesse processo de aprofundamento do conhecimento em relação ao ECA, e da reflexão acerca da concepção de infância nele contida. Retrata-se, como, por meio dos estudos realizados, subsídios foram oferecidos para as educadoras analisarem sua necessidade e/ou dificuldades de atuação. E puderam ressignificar sua atuação junto às crianças e adolescentes, se aproximando mais da proposta de atendimento da instituição, e atendendo assim o que o próprio ECA preconiza.

Em seguida, apresenta-se, nas Considerações Finais, possíveis contribuições do trabalho realizado para o processo de formação profissional, bem como as contribuições da intervenção do serviço social na capacitação das educadoras da Casa Lar.

Dos Anexos e Apêndices, constam alguns documentos utilizados na proposta e no processo de capacitação.

1 DO SURGIMENTO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA À CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA CONSTRUÍDA NO BRASIL

1.1 A TRAJETÓRIA DO SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA ATÉ A REPÚBLICA

A descoberta da infância, segundo Ariès (1978), acontece na Europa em meados do século XIII, sendo que, anteriormente a esse período, as crianças eram consideradas como adultos em miniatura. Os meninos e meninas usavam roupas iguais à dos adultos e também participavam das mesmas atividades que, segundo o autor, “apenas seu tamanho os distinguia dos adultos” (p.51).

Segundo ele, as questões de disciplina e preservação da criança surgem nesse período, como também o sentimento de fragilidade em relação à mesma. É a partir desse momento que a criança assume lugar central dentro da família e tudo que está ligado à criança e à sua família torna-se assunto sério e digno de atenção.

Conforme Priore (1991), os jesuítas, vindos de Portugal no século XVI para colonizar o Brasil, trouxeram este modelo ideológico de infância, que acabava de florescer na Europa. Ou seja, o sentimento de valorização da criança como um ser cheio de graça e vulnerabilidade, corrente na Europa e presente na compreensão dos jesuítas.

Os jesuítas da Companhia de Jesus, recém-chegados, foram trazidos com a missão de “transformação da paisagem natural e também dos nativos em cristãos [...]” (PRIORE, 1991, p.11). Assim, os jesuítas passaram a interferir diretamente na vida dos índios, introduzindo os costumes do cristianismo.

Atenção especial foi dada à criança indígena, que eles consideravam, nos termos de Priori (1991), *o papel em branco em que tanto desejavam escrever*. Seu objetivo principal era o esvaziamento da identidade indígena, por acreditarem que as crianças ainda não estavam tão impregnadas dos costumes indígenas como os adultos, e também por que “os indiozinhos”¹ passariam seus ensinamentos para seus pais.

Eles viam os pequenos indígenas como “alminhas virgens”, “um inocente muito elegante e formoso”, e tinham pelas crianças um dito “amor” feito de disciplina, castigos e ameaças. As crianças deveriam ser educadas e seguir os ensinamentos cristãos, do contrário

¹ Segundo Priori (1991) este é um dos termos utilizado pelos jesuítas para designar as crianças índias.

recebiam castigos físicos, pois “os vícios e pecados deviam ser combatidos com açoites e castigos” (PRIORE, 1991, p. 13).

Já no Brasil Império a economia era agrícola, e se tentou inserir a mão-de-obra indígena na lavoura, tentativa sem sucesso, pois os índios reagiram fortemente à imposição dos portugueses. Então foi inserida a mão-de-obra de negros vindos da África, para trabalharem como escravos².

No período se configurou um elevado índice de abandono de crianças, que “era agravado pela existência da escravidão, da exploração sexual das escravas e da exploração da criança escrava” (LEITE, 1991, p. 99). Dessa forma, foi trazida de Portugal a Roda dos Expostos³, que funcionava nas Santas Casas de Misericórdia, com a finalidade de acolher as crianças, que eram colocadas nesse local, para serem cuidadas e protegidas.

Segundo Arantes (1995), o abandono de crianças, no Brasil, não era um fato recente, mas ele ganhou maior visibilidade com a introdução da Roda dos Expostos, instituída para atender as crianças que, até então, eram abandonadas nas portas das igrejas, residências e nas ruas.

Conforme o autor, os motivos de abandono eram os mais diversos, como esconder filhos ilegítimos. Os senhores alugavam as escravas como amas-de-leite e elas próprias abandonavam seus filhos, na esperança de que eles pudessem crescer livres. Outros ainda eram colocados na Roda já mortos ou doentes, para que tivessem um enterro digno. Ou ainda um número significativo de doenças que afligiam a sociedade da época deixou muitos órfãos, que então eram recolhidos nas Santas Casas.

“No plano ideológico o sistema da Roda revela, por suas características (arquitetura, anonimato de quem depositava a criança, desconhecimento da filiação), seu caráter de ocultação e de “garantia” da ilegitimidade, da qual as crianças nela expostas eram, em geral, o fruto” (FALEIROS, 1995, p. 235). Ou seja, acreditava-se que muitas das crianças expostas eram filhas de fazendeiros com escravas ou com mulheres da sociedade, com as quais mantinham relações fora do casamento. Os homens e mulheres abandonavam seus filhos, para não assumirem a filiação.

Nesse período, a criança abandonada era compreendida pela sociedade como exposta e desvalida. Segundo o mesmo autor, a atenção à infância que surgiu na época foi de cunho

² Anos depois, veio o declínio do trabalho escravo, devido ao decreto que terminou com o tráfico negreiro, em 1831, e posteriormente com a Lei do Ventre Livre, em 1871.

³ Para mais informações ver LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O óbvio e o contraditório da roda. In: PRIORI, Mary Del (org). História da Criança no Brasil. 1991.

assistencial, caritativo e religioso. Assim, as primeiras iniciativas de atendimento à infância abandonada foram de caráter religioso e vinculado à Igreja Católica.

Dentre as poucas iniciativas do poder público em prol da criança abandonada, encontra-se a criação de asilos para o atendimento a “meninos desvalidos”, em que a preocupação era com a sua formação como indivíduos “úteis para sociedade e para o governo”. Eles precisavam aprender um ofício nos asilos e posteriormente tornarem-se trabalhadores, como forma de “repressão à ociosidade”, como indica Rizzini (1995b).

No entanto, o recolhimento das crianças abandonadas nos asilos da caridade passa a não ser suficiente para conter a expansão da situação de abandono, como também “[...] já se pensava na utilidade desses sujeitos à nação como mão-de-obra [...]” (RIZZINI, 1995a, p. 297).

Nesse sentido, na transição do Império para a República, as crianças passam a ter outra visibilidade na sociedade, devido à conjuntura política e econômica que se instalava com a proclamação da República, em 1889. Ou seja,

‘o problema da criança’ adquire uma dimensão política dentro do que foi chamado de ‘ideal republicano’, pois não se tratava mais de ressaltar a importância, mas sim a urgência de se intervir, educando ou corrigindo ‘os menores’ para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país assegurando a organização moral da sociedade. (RIZZINI, 1995b, p. 112)

E, na dimensão econômica, foi nesse período a introdução do sistema capitalista no país, por meio da substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, bem como pela crescente industrialização, que demandava grande número de trabalhadores.

Logo, a criança da classe trabalhadora passa a ser vista como mão-de-obra barata e uma alternativa para as famílias de aumento da renda familiar. Segundo Faleiros (1995), o Estado é omissivo e complacente com o uso indiscriminado do trabalho infantil. As crianças passam a ser utilizadas ostensivamente na manufatura e na indústria que se instalava no país no início do século XX, onde tinham jornadas de trabalho iguais à dos adultos, porém sua remuneração era baixíssima.

Essa situação de trabalho infantil era considerada positiva pelo Estado, pois, enquanto trabalhavam, as crianças não estavam nas ruas. E era preciso proteger a sociedade da criança considerada “magno problema”, “sendo o trabalho o único instrumento capaz de tornar o “menor” desvalido, um indivíduo válido para sociedade” (RIZZINI, 1995a, p.251).

O higienismo médico, segundo Arantes (1995), colaborou substancialmente para o surgimento do sentimento de infância no Brasil, que contou com a colaboração dos juristas

que, neste momento, passam a ter um papel central na assistência à infância desenvolvida nas três primeiras décadas do século passado.

O movimento higienista teve efetiva ação na família, pois acreditava que a família pobre era um “meio doente” e perigoso para as crianças. Elas eram influenciadas pelos seus pais e acabavam por reproduzir a atitude dos mesmos, como seus vícios, vadiagem e ociosidade.

A medicina justificava o seu interesse pelas famílias, alegando que estes são os mais necessitados dos conselhos médicos. A família é percebida como foco de doenças e como origem do grande contingente de improdutivos do país. A sua ‘existência difícil’, ‘a carência de tantos elementos úteis’, torna-os mais suscetíveis a doenças, aos maus hábitos e mais resistentes aos preceitos higiênicos, que trazem consigo uma nova ordenação do mundo familiar. (RIZZINI, 1993, p. 86)

Portanto, segundo Rizzini (1997), era necessário salvar as crianças da influência perniciosa à qual estavam submetidas no meio familiar. Elas deveriam ser encaminhadas para outro local (abrigos, internatos), para que pudessem seguir o caminho do trabalho e da virtude, tornando-se úteis para o país.

É produzida nesse período a distinção entre a criança e o “menor”. Este último era considerado como sendo a criança de família pobre da classe trabalhadora que, por vezes, era incluída no trabalho, muitas vezes abandonada e então encaminhada para orfanatos, ou ainda, pelas características de seu meio social, considerada, na época, pelo poder público, como desvalida ou “delinqüente em potencial”⁴. Já a “criança” era o filho (a) da família rica, e a ele eram destinados a educação e cuidados familiares.

Essa é uma compreensão que vai se fortalecer neste período e servir para a implantação do Código de Menores de 1929 (primeiro código destinado à infância no Brasil), voltado exclusivamente para a criança pobre ou da classe trabalhadora, ou seja, “o menor”. Ele foi pensado de uma forma que associa as idéias de criminalidade, abandono, carência e vícios entre as crianças e seus pais. As palavras-chave do momento eram “profilaxia, educação, recuperação e correção” (RIZZINI, 1995b, p. 113).

Para Faleiros (1995), o Código de Menores, criado pelo juiz Mello Mattos, visava à assistência e proteção aos “menores” e era, ao mesmo tempo, uma defesa social, ou seja, “ao lado da idéia de proteção à criança está presente à proteção da sociedade, a defesa social” (p. 62). Para o autor, o primeiro Código incorporava tanto a visão higienista de proteção do meio

⁴ Pois o meio social da criança poderia influenciá-la no sentido da marginalização.

e do indivíduo, como também a visão jurídica moralista e repressiva. Delineia-se assim o que se convencionou chamar do “problema do menor”.

O menor era concebido como ameaça social e o atendimento a ele dispensado pelo poder público tinha por fim corrigi-lo, regenerá-lo, reformá-lo pela reeducação, a fim de devolvê-lo ao convívio social desvestido de qualquer vestígio de periculosidade de cidadão ordeiro, respeitador da lei, da ordem da moral e dos bons costumes. (COSTA, 1994, p. 82)

O “menor” recebia dois encaminhamentos: “o abrigo e a disciplina, a assistência e a repressão”, pois haveria “emergência de novas obrigações do Estado em cuidar da infância pobre com educação, formação profissional, encaminhamento e pessoal competente”. O Estado “passa a ter obrigações de proteção” (FALEIROS 1995, p. 63).

Dessa forma, são criados internatos com o intuito de educar e corrigir o “menor”, através de procedimento “pedagógicos e terapêuticos” (ARANTES, 1995, p. 212). “Os bem-nascidos terão a infância garantida; os demais, estarão sujeitos ao aparato jurídico-assistencial destinado a educá-los ou corrigi-los. Alguns serão crianças e os demais, menores” (RIZZINI, 1995b, p. 102).

1.2 A INFÂNCIA ASSUMIDA NA PERSPECTIVA DA REPRESSÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Na década de 30, do governo de Getúlio Vargas, inicia-se o que Rizzini (1995a) denomina de período que “inaugurou uma política mais nítida de proteção e assistência ao menor e à infância representada pela criação de órgãos federais que se especializaram no atendimento a essas duas categorias agora indiscutivelmente separadas e específicas: o menor e a criança” (p.275).

A autora relata que, até aquele momento, o atendimento ao “menor” vinha sendo tratado na esfera jurídica e que, na década seguinte, passa para a esfera governamental. O Estado centraliza a assistência ao “menor”, ou seja, a atenção à criança pobre e/ou da classe trabalhadora. Além da criança, a família também passa a ser objeto de atenção e ações governamentais. Assim, em 1940, é criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão responsável pela coordenação das ações dirigidas à criança e à família, e em 1941 surge o Serviço de Assistência a Menores (SAM).

A criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr) é resultado de inúmeras ações do governo dirigidas à criança pobre e sua família, entre as quais a

política de proteção materno-infantil, tendo como meta a preparação do futuro cidadão de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como ‘capital humano’ do país através do preparo profissional e o respeito à hierarquia pela educação da criança. (RIZZINI, 1995a, p. 275, *Apud PEREIRA*)

Conforme a autora, o Serviço de Assistência a Menores surge como um órgão centralizador, que controlava as ações voltadas à criança, passando a ser responsável pela sistematização e orientação dos serviços de assistência aos “menores”.

[...] tem como competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, preceder ao exame médico-psico-pedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular da assistência a menores e estudar causas do abandono. (FALEIROS, 1995, p. 68)

Segundo Rizzini (1995a), na década de 40, diversas instituições de “caráter social e de âmbito nacional” são criadas, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁵, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, umas voltadas para a educação e outras para a profissionalização de crianças e adolescentes.

Para Faleiros (1995), a situação da criança pobre da classe trabalhadora que vivia nas ruas passa a assumir a expressão de “questão nacional”, em que o Estado se articula com o setor privado, para atender a essa demanda. Muitos internatos foram criados por instituições privadas e passaram a ser mantidos por verbas públicas. Esta foi a principal saída encontrada pelo Estado, para resolver o seu “problema do menor”.

O SAM foi considerado com propostas inovadoras (para aquele período) no que se refere ao atendimento do “menor”, “voltado para a educação, formação profissional, estudo e classificação da criança, com método de trabalho delineado, a chamada assistência específica” (RIZZINI, 1995a, p. 297). Isso na teoria, uma vez que, na prática das instituições, não aconteceu. Nos dizeres de COSTA (1990), os princípios desenvolvidos pelo SAM eram correccional-repressivos, tendo como sistema de atendimento os internatos (reformatórios e

⁵ A LBA foi inicialmente criada com o objetivo de assistir as famílias dos convocados na II Guerra Mundial, sendo que, com o final da guerra, sua atuação se voltou para a atenção à infância e à família.

casas de correção) para menores infratores, patronatos agrícolas e as escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para os menores carentes e abandonados.

Na conjuntura política e econômica temos depois o golpe de 1964, quando é instituído o governo autoritário. Segundo Faleiros (1995), o Estado passa a intervir de forma autoritária em todas as esferas da vida da população, tendo como base a repressão e a manutenção da ordem, se configurando este como um período de imobilidade social.

O sistema do SAM passa a ser criticado por médicos, juristas, educadores e também por técnicos e diretores das instituições, que assistiram de perto as barbáries que aconteceram. Para Rizzini (1995a), os maus-tratos e castigos corporais eram parte do cotidiano das instituições, como também a exploração do trabalho e abusos sexuais, o que resultou em muitas fugas e rebeliões dos menores. O sistema foi considerado “desumano, ineficaz e perverso” (FALEIROS, 1995, p.74). Devido a tantas críticas e denúncias de corrupção e maus-tratos, foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Nessa conjuntura, é elaborada a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, que criou a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), adequando essa política às instituições de atendimento à criança concebida como “delinqüente” ou “abandonada”. Em todos os estados também foram criadas as respectivas Fundações Estaduais (FEBEM), para atender a demanda em nível local.

A proposta de atendimento anterior, que tinha o enfoque correccional-repressivo, vendo o “menor” como ameaça social, é substituída por outra de enfoque assistencialista, que passa a percebê-lo como “carente”, nos termos de Costa (1990). A noção de periculosidade cede espaço à idéia de privação, na qual a criança é privada de bens materiais e são instituídas carências biológicas, sociais e culturais. Logo, o atendimento das instituições buscava restituir à criança e ao jovem tudo o que lhe foi sonegado até então, pela sociedade.

Na nova política, a família também é alvo de atenção, pois o ideário corrente era de que “o processo de marginalização surgia, [...] como responsável pela degradação da família” (VOGEL, 1995, p. 30). Para o autor, a própria política considerava que a estratégia de proteção ao menor contra o abandono, a crueldade, a corrupção e exploração estava na sua reintegração ao ambiente familiar. Assim, seria objeto de intervenção das instituições da FUNABEM a questão do menor, juntamente com a sua família.

Contudo, embora o ideário da PNBEM fosse positivo, em relação ao atendimento à “questão do menor”, a política acabou sendo desenvolvida a partir do modelo autoritário e repressivo vigente. Segundo Costa (1990), tentou superar as práticas correccionais e

repressivas do SAM, porém acabou por reproduzi-las, pois herdou dele os prédios, equipamentos e, sobretudo, o pessoal, que ainda tinha a cultura do passado.

Por um lado, se têm vigentes o I Código de Menores, que reafirma os conceitos de “menor abandonado”, “transviado”, “delinqüente”, de repressão e correção, e uma Política de Bem-Estar do Menor voltada à defesa do “menor”, por meio de sua ressocialização e reintegração no ambiente familiar, que tem como ponto fundamental o atendimento às suas “necessidades básicas” e o “fortalecimento econômico-social da família” (RIZZINI, 1995a, p. 305). De outro, existem um contexto social e uma prática institucional que indicam uma divergência entre sua proposta de atendimento e a necessidade do debate para reformulação do Código de 1929, conforme se configura a questão infância nesse momento.

Um novo Código de Menores, fruto dessas reformulações, é criado em 1979 (Lei nº 6.697). Neste, os “menores” são concebidos pela doutrina da situação irregular, que poderia ser estabelecida a partir da sua situação econômica – carência financeira; situação em relação à responsabilidade da família – abandono; ou situação em relação à infração das leis – infrator. O Juiz de Menores era quem decidia sobre a vida dos menores, que Segundo Arantes (1995), ele poderia destituir os pais de seu pátrio poder, através da decretação da sentença de “situação irregular do menor”, e posteriormente classificando-o, conforme a situação em que se encontrava, como “menor carente”, “menor abandonado” ou “menor infrator”, dar os devidos encaminhamentos.

Pode-se perceber, primeiro, que é reforçada a diferença entre criança e “menor”, reafirmado o tratamento que deve ser dispensado às crianças da classe trabalhadora. Em segundo lugar, é nítida a permanência do recorte de classe social, norteador o conceito de “menor”. E, em terceiro, cada uma das três situações caracterizam estados “doentios” ou “problemáticos” da criança da classe social pobre e/ou trabalhadora.

O Estado vai assumir papel central no atendimento ao menor infrator, criando várias instituições que seguiram os moldes da Política Nacional. Mas, ao “menor carente” foi reservado o mesmo caminho que vinha sendo feito pelo “menor abandonado”, ou seja, a assistência por meio de instituições religiosas e do setor privado, mantidas, via convênios, pelo Estado.

O “menor carente” era aquele cuja família não tinha condições de subsistência. No período de vigência do Código de Menores (de 1929 e 1979), nos termos de Arantes (1995), o Juiz de Menores tinha mecanismos jurídicos para identificar a criança carente (devido à pobreza), como fruto de uma situação irregular, encaminhando-a ao internato. Dessa forma,

“através do artifício da pobreza em situação de irregularidade, a criança pobre adquiriu o status de menor carente” (ARANTES, 1995, p. 213).

Com a perspectiva de que a “pobreza” ou o “abandono” “poderiam converter-se em geradores de desarmonia” (VOGEL, 1995, p. 303), era necessário internar esses “menores”, antes mesmo que eles se tornassem delinquentes, pois gerariam assim um problema para a ordem vigente.

No entanto, Vogel (1995) aponta também a falta da compreensão, indicando que se trata de “frutos de um processo social perverso”, pois as mudanças sociais desse período, devido ao aumento populacional nas grandes cidades, ocasionado pela crescente urbanização e industrialização, favorecem o aumento das desigualdades e expansão da pobreza. Cada vez mais crianças vivem nas ruas e, dessa forma, “no âmbito da questão social” configura-se a “questão do menor”, que somente é reconhecida pelo Estado, quando passa a afetar a ordem pública.

Assim, essa criança carente também é institucionalizada e afastada do convívio social. Longe de sua família e comunidade, ela passa a viver em instituições que, na grande maioria das vezes, trata-a apenas como “mais um presente”, igual a todos, o que a leva a perder a sua identidade.

Para haver um tratamento diferenciado, segundo Rizzini (1993), para os menores carentes⁶ e abandonados, o tratamento era a “preservação”. Já, para os “delinquentes”, era a “regeneração”, sendo que estes eram submetidos a um regime disciplinar mais rigoroso.

No âmbito da LBA, e como proposta pública de atenção, é elaborado o “Projeto Casulo”, que propõe um trabalho desenvolvido na própria comunidade da criança pobre. Segundo Kramer (1984), as unidades Casulo são implantadas, em todo o país, visando prestar assistência à criança carente de até 6 anos de idade, durante quatro ou oito horas diárias, de modo a prevenir a sua marginalidade. O Projeto é desenvolvido até fins dos anos 80, praticamente em todo o Brasil.

No entanto, na instância privada também surgem instituições com ações filantrópicas, como é o caso da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas (local realizado o estágio curricular obrigatório), instituição que surge em 1978. Inicialmente atendia crianças cujos pais não tinham onde deixá-las, nos horários de trabalho. Posteriormente, em 1986, passa a atender também como Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas (atualmente Casa Lar Jandira Jovita da

⁶ Além desse processo de institucionalização da criança carente, a partir de meados do século passado também é produzida uma via de atendimento junto à sua família, ocorrendo através do projeto Casulo, desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência, em 1942, sendo este um período intenso de surgimento de creches e pré-escolas.

Rosa), prestando assistência a crianças e adolescentes abandonados de 0 a 18 anos, que eram encaminhadas pelo juizado de menores do município de São José.

Segundo seu diretor, Artur Feijó, que acompanhou o início da instituição, as crianças atendidas, em sua maioria, eram retiradas das ruas e ele não tem conhecimento de crianças que houvessem sido encaminhadas devido à condição de pobreza da família.

Segundo ele, a instituição, desde a sua implantação, não teve cunho correccional-repressivo, como a maioria das instituições desse tipo. Para ele, por ser uma instituição inicialmente ligada à religião evangélica, a assistência e educação da criança estavam pautadas no “amor, carinho, afeto, diálogo” e jamais houve, na instituição, registros⁷ de agressões físicas e coerção das crianças e adolescentes. Indica também que outro fator determinante dessa característica decorre de ser uma instituição familiar, uma vez que toda a família de suas duas idealizadoras (Sra. Jandira Jovita da Rosa e Sra. Geny Júlia Feijó) sempre tiveram seus filhos envolvidos com o atendimento das crianças.

Nesse sentido, a instituição já passa a receber interferências do pensamento novo que se constitui, em âmbito nacional, a partir da segunda metade da década de 70. Com o processo de abertura democrática na área de discussão sobre a infância, vai ocorrer o declínio das idéias ou conceitos que fundamentavam essa perspectiva da “situação irregular” e, por consequência, dos moldes de atenção baseados na FUNABEM. Tem início o movimento de “passagem do paradigma corretivo, que predominou nesse período e em períodos anteriores, a um paradigma educativo e, mais que isso, de direitos para a criança e o adolescente” (FALEIROS, 1995, p. 82). Estes que, conforme Costa (1990), deixam de serem vistos como feixes de carências, para serem percebidos como sujeitos de sua história e da história da sociedade, agora como feixes de possibilidades abertas para o futuro.

1.3 PERÍODO DE PROFUNDAS MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO DA INFÂNCIA

Chegada a década de 80, é nesse período que a sociedade, depois de ser quase engolida pelo governo autoritário, passa a se movimentar novamente, em meio ao retorno da democracia, entrando em cena uma série de novos atores sociais, dando forma à sociedade

⁷ Devido à enchente que ocorreu na instituição há alguns anos atrás, não foi possível obter dados sobre as crianças e adolescentes atendidos, idade, estatuto da Creche e da Casa Lar desse período, tendo sido consideradas apenas as informações do Diretor Artur Feijó.

civil, que passa a se organizar das mais diversas formas, com objetivos bem traçados, na luta por direitos no âmbito das áreas sociais.

No campo social, esse período foi de grandes conquistas, diferentemente da área econômica, que estava em crise devido à inflação e recessão.

A sociedade civil passa a se organizar e a pensar sobre a questão da infância e adolescência⁸. Para tanto, houve alguns eventos importantes, como o I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em que as próprias crianças e adolescente passaram a discutir a sua problemática e apontar soluções para as questões em pauta e também as suas necessidades.

Conforme Faleiros (1995), segmentos da Igreja Católica, no Brasil, também acompanharam as mudanças, representadas principalmente pela Pastoral do Menor, que também apóia o movimento de reflexão sobre a questão da infância e juventude.

Diante desses novos atores sociais, que se formaram nessa conjuntura e clamavam por seus direitos, em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 227, incorpora os elementos fundamentais da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, nos dizeres de Costa (1990).

No que se refere à adoção da concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos, há que se considerar que a efervescência social, nesse período, foi fortemente influenciada pelo contexto de âmbito mundial, pois “crescia o movimento de afirmação da condição especial da criança e nela o reconhecimento de seus direitos” (BRESSAN, 2006 p.150). Embora o Brasil tenha assinado a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança⁹ em 1990, a Constituição Federal já considerava que se deveria prestar atenção especial à criança e ao adolescente. No entanto, para que os artigos contidos na Constituição Federal fossem efetivados, era necessária a criação de um dispositivo legal que regulamentasse esses artigos, o que resultou, em 1990, na Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e extinguiu a Política de Bem-Estar do Menor e o Código de Menores.

⁸ Cabe salientar que, até esse período, se utilizava os termos “criança” e/ou “infância” para designar o período que vai do nascimento até os 18 anos, não havendo distinção do período da adolescência. Nesse momento, o termo “adolescência” passa a ser incorporado à fala dos estudiosos, devido à intervenção da psicologia, que delinea a peculiaridade e distinção dessas duas etapas do desenvolvimento humano, sendo considerado criança o ser de 0 a 12 anos, e adolescente o de 13 a 18 anos.

⁹ Segundo Bressan (2006), a Convenção foi aprovada em 1989, mas o Brasil assinou a solicitação em janeiro de 1990 e, somente em setembro deste mesmo ano (pós ECA), ela foi reconhecida e ratificada.

O Estatuto traz, na sua essência, a proteção integral à criança e ao adolescente, considerados portadores de necessidades específicas, devido à sua condição de “pessoa humana em desenvolvimento”¹⁰. Com isso, agora, não só a família é a responsável pelo seu bem-estar, como também o Estado e a Sociedade Civil. O Estatuto indica todo um aparato sobre o controle social da violação dos direitos da criança e do adolescente, bem como as atribuições dos Conselhos, as normas e procedimentos das entidades de atendimento, e outros assuntos pertinentes à temática.

A criança e o adolescente passam a serem percebidos como cidadãos de direitos, os quais devem ser cumpridos e respeitados pela sociedade como um todo, merecendo atenção especial como sujeitos de sua história. Eles devem ser protegidos de todo tipo de negligência, tendo direito à saúde, educação, moradia, lazer, esporte, cultura, dignidade, respeito, convívio familiar e comunitário, condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento (ECA, art. 4º e 5º).

Esse novo contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente e do novo enfoque dado à assistência à infância e adolescência passou a provocar também significativas mudanças nas instituições que atuam nessa área. É o caso, por exemplo, da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas (local da realização do estágio curricular obrigatório). Ela também teve que se reformular conforme a nova lei, assumindo o *status* de Casa Lar. Como tal, passou a assumir a responsabilidade de executora da medida protetiva de sistema de abrigo, o que implicou numa série de modificações na estrutura, no conteúdo e na gestão das ações e procedimentos da instituição.

Pode-se citar, como exemplo clássico dessa situação, que, anos antes do estabelecimento do Estatuto, a instituição tinha um projeto de construir um dormitório que acomodasse todas as crianças e adolescentes do orfanato, uma vez que, nos grandes orfanatos, este era o modelo vigente no país. Isso teve que ser alterado, devido à proposta do projeto Casa Lar (que deveria se assemelhar a uma casa comum, para criar um ambiente familiar). Ou seja, a casa deve ser simples, localizada em um bairro residencial, cada quarto deve abrigar um pequeno número de crianças e/ou adolescentes, assemelhando-se, ao máximo, a uma residência de família (PROJETO, entre 1990 e 1995).

As modificações trazidas pelo Estatuto têm, no seu bojo, “uma proposta de trabalho sócio-educativo emancipador baseado na noção de cidadania” (COSTA, 1994, p. 34). Além

¹⁰ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 15.

dessa proposta de Casa Lar, também a CVM passou a adotar uma abordagem sociointeracionista¹¹, posteriormente acrescidos da metodologia de ensino de Paulo Freire¹²

A partir desses fundamentos, foi elaborado, em 2006, o “projeto político pedagógico” – PPP, que é o norteador das ações realizadas na instituição, tendo, na sua proposta pedagógica, os seguintes fins e objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento pleno e integral das crianças e adolescentes.
- b) Valorizar o conhecimento histórico e socialmente adquirido.
- c) Estimular as múltiplas competências.
- d) Produção de conhecimento, através das múltiplas linguagens como movimento, música, teatro, dança, etc.
- e) Garantir o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo de sua história.
- f) Ampliação de suas experiências e de seus conhecimentos sobre a realidade local e universal.
- g) Valorizar e estimular todas as formas de expressão.
- h) Garantir o atendimento e satisfação de suas necessidades, bem como do bem estar físico, mental e social.

É nessa perspectiva que a instituição tem o atendimento às crianças e adolescentes voltado para uma consciência de mundo, de cidadania e de direitos, para que eles se reconheçam como construtores de sua história, procurando assim desenvolver cidadãos críticos e conscientes.

Tendo como objetivo desenvolver uma imagem positiva da criança, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança de sua capacidade e percepção de suas limitações; bem como desenvolver e valorizar hábitos de cuidados de sua saúde e bem estar e estabelecer vínculos afetivos, fortalecendo a auto-estima e ampliando gradativamente as possibilidades de comunicação e interação social. (REVISTA BALANÇO SOCIAL E FINANCEIRO DA CVM, 2002/2003, p. 32)

¹¹ Conforme Oiveira, *eti alli*, (2004) a abordagem sociointeracionista concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro. A aprendizagem acontece por meio da internalização, a partir de um processo anterior, de troca, que possui uma dimensão coletiva.

¹² Segundo Horostecki (2003) a Metodologia de Paulo Freire busca não apenas ensinar, mas também causar uma série de reflexões nos indivíduos, que os façam abandonarem a sua consciência ingênua sobre sua posição no mundo vigente (quase sempre colocada como pequena e insignificante) e adquirir uma chamada “consciência crítica”, capaz de perceber as condições de opressão social em que vivem e lançar mão de meios para combatê-la, ajudando assim a si e à sociedade em geral.

Portanto, é a partir dessa retomada das formas de atenção produzidas para a criança, onde se podem perceber as várias faces que a infância adquiriu no decorrer dos tempos, que se encontra a questão observada na instituição na qual foi realizado o estágio.

Mesmo o Estatuto tendo quase 17 anos de existência, ele veio com a intenção de construir uma nova visão de criança e adolescente. No entanto, identifica-se que a própria sociedade, através do senso comum, acaba reproduzindo, ainda hoje, uma concepção de criança que já foi profundamente criticada e está ultrapassada. Nesse sentido, a própria sociedade ainda mantém os estereótipos de décadas atrás, como tratar a criança ou o adolescente como “menor” e “delinqüente”. Isso permanece nas falas e ações dos indivíduos, que acabam por reproduzir uma concepção retrógrada de criança e adolescente, não levando em conta a noção colocada a partir do ECA.

No período de estágio, realizado no semestre correspondente a 2006.2, se pôde perceber, a partir da proposta de atendimento à criança e ao adolescente da CVM, que as práticas das educadoras da Casa Lar ainda trazem consigo, em alguns momentos, muito da concepção antiga. Por vezes, suas práticas são guiadas pela idéia de infância socialmente construída e que, em alguns aspectos, se identifica com os conceitos da instituição e, em outros momentos, não.

A situação verificada com as educadoras passou, então, a ser fonte de reflexão, pois também se observou a falta de uma avaliação de suas ações para com os abrigados. Seus procedimentos geralmente são feitos de uma forma automática e rotineira, o que resulta, muitas vezes, na reprodução das práticas antigas que ainda permanecem no senso comum.

Tendo em vista esses fatos, o próximo capítulo aborda a maneira como um futuro profissional deveria observar a diferença existente entre a concepção de infância das educadoras e a que é proposta pela instituição. São trazidas também as formas de intervenção que foram utilizadas para proporcionar às educadoras espaços de reflexão, com a finalidade de que elas percebessem a noção de criança e adolescente fundamentada no ECA. Se almejava que, a partir de suas idéias, fosse possibilitada uma ressignificação de seu trabalho e a melhoria da qualidade do atendimento, tendo em vista seus deveres como educadoras e co-responsáveis.

2 A CVM COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO ACERCA DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA FIRMADA PELO ECA

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A INSTITUIÇÃO E O ESTÁGIO NELA DESENVOLVIDO

A Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas – CVM localiza-se na Rua Otto Júlio Malina, nº 1306, no Bairro Ipiranga, Município de São José, Estado de Santa Catarina. Organização não-governamental, sem fins lucrativos, é uma entidade beneficente de assistência social. Foi fundada, em 01/11/1978, pela Sra. Geny Júlia Feijó e Sra. Jandira Jovita da Rosa que, ao perceberem crianças e adolescentes nas ruas, ou em casa sozinhos, pois os pais saíam para trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos, resolveram acolhê-los, criando assim a instituição, com atendimento gratuito, e uma visão filantrópica e evangélica, destinada à população de baixa renda da comunidade.

Naquele período (década de 70), a base legal que referenciava os atendimentos era o Código de Menores. Juntamente com essa legislação, há que se pontuar que a concepção de infância vigente estava vinculada à compreensão de um problema de “ordem nacional”, em que todo o atendimento à criança e ao adolescente tinha o enfoque correccional-repressivo. Contudo, segundo relato do diretor Artur Feijó, a instituição não adotou esse tipo de atendimento, “tendo como fundamentação o amor, carinho, dedicação e seriedade, sendo a família o fator principal de todo o atendimento”.

A CVM, por muito tempo, foi mantida somente através de doações da comunidade, da sociedade civil e empresas, como também por bazares e rifas feitas pela instituição, visando conseguir fundos para manter suas atividades. Somente alguns anos após a criação do ECA (início da década de 90), a instituição passou a firmar convênios com órgãos governamentais, começando assim a receber recursos mensais.

Atualmente, a instituição atende em torno de 300 crianças, adolescentes e adultos (estes atendidos na Comunidade Terapêutica), sendo todo o atendimento gratuito, voltado para famílias de baixa renda da comunidade.

A instituição mantém alguns programas, dos quais se podem destacar os três principais, que são o Centro Educacional – unidade de creche e educação infantil, que atende crianças de 3 a 6 anos, em período integral; a Casa Lar Jandira Jovita da Rosa, que abriga crianças e adolescentes de 3 a 18 anos incompletos, 24 horas por dia, onde eles estão em

sistema de abrigo; e a Comunidade Terapêutica Geny Júlia Feijó, que atende crianças, adolescentes e adultos do sexo masculino, em sistema de internação, por um período de 9 meses a um ano, para tratamento de dependência química.

A Casa Lar dispõe de oito educadoras do sexo feminino e a Comunidade Terapêutica de oito educadores do sexo masculino. Em ambos os projetos, os educadores são divididos em duplas e trabalham em sistema de plantão, sendo que alguns trabalham somente no período noturno e outros no período diurno. No caso do Centro Educacional, conta com 11 educadoras que trabalham no período diurno.

A instituição conta ainda com uma equipe composta por assistente social, psicólogos, pedagogo e educadores, que atuam diretamente com as pessoas atendidas, nos três programas. Atualmente, as atividades propostas no âmbito dos programas têm como fundamento o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.1.1 O processo de estágio

Foi nessa instituição que foi desenvolvido o estágio curricular obrigatório¹³, no período de setembro de 2006 a março de 2007, supervisionado pela assistente social da instituição. O período de estágio foi voltado mais exclusivamente para um dos programas mantidos pela CVM, a Casa Lar Jandira Jovita da Rosa. Porém, em alguns momentos, também foi prestado auxílio nas questões de organização burocrática da Comunidade Terapêutica, sem, no entanto, manter nenhum contato com os residentes e educadores desse programa.

Entre as primeiras atividades desenvolvidas, estavam a organização e arquivamento de documentos dos abrigados da Casa Lar e da Comunidade Terapêutica. Cada um tem seu prontuário, que contém a sua história de vida desde a chegada na instituição, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 94, inciso XX:

Manter arquivo de anotações onde constem data e circunstância do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsáveis, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e individualização do atendimento.

¹³ O estágio curricular é uma das atividades obrigatórias para integralização do currículo de serviço social, sendo uma disciplina ministrada na 7ª fase do curso.

O manuseio dessa documentação deve ser feito por pessoas ligadas ao serviço social, uma vez que constam informações das crianças, adolescentes e adultos que são sigilosas e devem ser resguardadas. Como profissional da área, se deve estar ciente que, além das exigências previstas no próprio ECA, o Código de Ética Profissional também preconiza que as informações obtidas através dos usuários devem ser protegidas e que, em trabalhos interdisciplinares e multiprofissionais, as informações fornecidas devem ser as estritamente necessárias.

Junto aos prontuários está a documentação encaminhada ao juizado, assistente social do fórum, Conselho Tutelar, secretarias, empresas, fórum, prefeitura, enfim, a todas as instâncias voltadas ao acompanhamento da situação da criança e do adolescente. Logo, qualquer ação realizada pelo serviço social é registrada, para que se possa fazer um acompanhamento sistemático de cada situação. Nesse caso, é papel do serviço social manter registro das suas atividades diárias, pois “(...) a documentação pode ser considerada como um elemento construtivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação” (MIOTO, *et alli*, 2006, p.02). Como também ela é uma fonte maior de riqueza de informações, que lhe dá subsídios para o conhecimento da realidade da demanda atendida, facilitando a sistematização das informações para uma posterior intervenção.

Outra atividade desenvolvida foi a elaboração de diversos ofícios, com questões voltadas aos mais diferentes encaminhamentos, tais como: o fórum; Secretaria da Ação Social e Desenvolvimento Social dos municípios conveniados – solicitando medicamentos; para empresas – solicitando auxílio; para o juiz – solicitando autorização para saída de férias dos abrigados da Casa Lar, autorização para passar os finais de semana com voluntários, comunicando o abrigamento, desabrigamento ou evasão, encaminhamento para outro abrigo, como também ofício comunicando a internação dos residentes da Comunidade Terapêutica, desligamento ou evasão.

Uma atribuição do serviço social é a elaboração de relatórios situacionais, pois o juizado que cuida do caso de cada abrigado pode solicitar um relato da situação individual. Para desenvolver esses relatórios, foi verificado o prontuário do abrigado, coletando mais informações sobre os acontecimentos de sua vida, complementadas ainda com a verificação do que a coordenadora da Casa Lar conhece sobre a história de vida da criança ou adolescente, desde a sua chegada na instituição.

Esse trabalho exigiu cuidado e reflexão, pois, somente através do relatório, o juiz toma conhecimento da situação do abrigado. É a partir das informações constantes nesses relatórios elaborados pelo serviço social, que o juizado fará as determinações cabíveis, tais

como retorno de abrigados à sua família de origem, a retirada do poder familiar, o encaminhamento para adoção ou para família substituta. Portanto, é necessário estar ciente do papel de profissional comprometido eticamente com os casos acompanhados. Trata-se da vida de várias pessoas e, muitas vezes, seu futuro depende das informações apresentadas no relatório situacional.

Como a instituição mantém convênios com alguns órgãos governamentais, que enviam mensalmente verbas para os programas da CVM, em contrapartida esses órgãos solicitam relatórios mensais ou semestrais da demanda atendida. Para tanto, o serviço social elabora relatórios por meio de levantamentos junto aos abrigados da Casa Lar e/ou residentes da Comunidade Terapêutica. Eles são encaminhados para órgãos como: a Secretária de Segurança Pública e Defesa do Cidadão; Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente; Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA); Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social de Florianópolis; Secretária da Ação Social de São José e Programa Abordagem de Rua.

Além do provimento às necessidades do dia-a-dia o cuidado com a saúde das crianças e adolescentes da Casa Lar é fundamental dentro da instituição, que, para tanto, se utiliza da rede de apoio da saúde pública disponível nos municípios de São José e Florianópolis. Segundo o ECA, no seu artigo 11, “é assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde”. Dessa forma, a instituição reconhece a sua responsabilidade quanto a resguardar a saúde de seus abrigados.

Toda quarta-feira é dia de visita familiar¹⁴. Assim, quando um familiar vem até a instituição para visitar o abrigado, as visitas são monitoradas, ou seja, geralmente há um educador ou estagiário do serviço social acompanhando a visita e pronto para intervir, quando ou se for necessário, pois muitas vezes podem ocorrer situações que prejudiquem o abrigado.

Contudo, essas visitas acontecem somente nos casos permitidos pelo juiz, tendo como princípio, a preservação dos laços familiares e afetivos, para um possível retorno da criança e/ou adolescente ao seio familiar.

Esta é a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando diz, em seu artigo 92, inciso primeiro, que as entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar como princípio a preservação dos vínculos familiares.

¹⁴ Cabe salientar, que se necessário a família pode solicitar a assistente social e visitar o abrigado em outro dia da semana.

Durante as visitas, o serviço social também procura uma interlocução com os familiares para informar como está o abrigado, reforçando sempre a importância das visitas, para que a criança e o adolescente saibam que a família se preocupa com ela.

As educadoras, em contato permanente com as crianças e adolescentes, redigem diariamente um relatório grupal e individual dos abrigados. E é também papel do serviço social acompanhar esses diários, para saber como as crianças e adolescentes estavam, quais foram os procedimentos adotados, identificar as questões mais importantes das quais se deveria ter conhecimento ou que demandassem outros encaminhamentos.

2.2 A IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO NA INSTÂNCIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A partir da familiaridade com os procedimentos da instituição e da Casa Lar, tendo em vista que todas as atividades desenvolvidas têm como suporte o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi sendo percebido que, em algumas ocasiões, a noção de infância das educadoras expressava, em suas atividades cotidianas, a concepção da instituição (que é a mesma contida no Estatuto). Porém, em outros momentos, elas eram guiadas por idéias antigas que se mantêm no senso comum, ou ainda pela perspectiva de que a criança e o adolescente podem ser moldados, conduzidos e definidos pela lógica do adulto.

A partir dessa identificação, passou-se a investigar em que momentos das ações e procedimentos desenvolvidos pelas educadoras essa diferença se manifestava, pois, segundo Minayo (1994), as questões da investigação estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, que são fruto de determinada inserção na realidade, nela encontrando suas razões e seus objetivos.

Primeiramente, foi observado que, nas situações em que as educadoras eram questionadas pelos abrigados, acabavam não respondendo às suas indagações, muitas vezes por insegurança e/ou por falta de informação. Como, por exemplo, se o abrigado questionava o porquê de ter de fazer determinada ação. Elas respondiam: “Porque tem de fazer!”, não trabalhando a reflexão e conscientização das crianças e/ou adolescentes acerca daquela atividade ou regra a ser seguida.

Essa reflexão é necessária para o bom desenvolvimento infanto-juvenil, para que desenvolvam o senso crítico, autonomia e opinião própria. Para que a criança e o adolescente

tenham uma consciência de mundo, e não aceitem tudo que lhes é imposto, do contrário acabam se tornando sujeitos passivos e alienados, e não sujeitos de sua própria história.

Em situações como a exemplificada, embora as educadoras manifestassem ter um conhecimento sobre o Estatuto (e algumas de suas ações refletissem a concepção ali colocada), em momentos como esses, suas ações eram guiadas por suas experiências de vida junto à criança e ao adolescente (como mães, tias, irmãs). Tal vivência está muito mais fundamentada no senso comum, do que nas atribuições do trabalho técnico, que deve ser desenvolvido e é proposto pela instituição. No caso da CVM a instituição tomou como referência as orientações encaminhadas pelo documento “Projeto Casa-Lar: uma alternativa de atendimento às crianças e aos adolescentes”, encaminhado pelo Diretor de Proteção à Criança e ao Adolescente na gestão 1991 a 1995, sendo indicado que o educador precisa ser um “agente estimulador da criatividade e da independência dos abrigados” e, principalmente “crer na possibilidade de sucesso de sua função educativa”. Deve estabelecer as suas relações “com muita afetividade”, pois cada abrigado traz uma “carga emocional bastante acentuada”, logo, “há a necessidade de trabalhar a relação emocional” que se estabelece entre o educador e o abrigado. Algumas crianças e/ou adolescentes, devido à sua história anterior, poderia ter dificuldade para se inserir na rotina da casa e, dessa forma, a “equipe deve estar orientada para acolher e intervir caso a caso” (p. 20-22).

Com fundamento em observações diárias como essas, e com base em um olhar mais apurado de profissional de serviço social, promotor de direitos e cidadania, acabou por ser levantada a questão da incoerência existente entre a concepção de criança e adolescente das educadoras, em relação à proposta de atenção da CVM.

Segundo Iamamoto (1999), um profissional propositivo do serviço social deve “buscar apreender o movimento da realidade, para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho” (p. 113).

Nessa perspectiva, iniciou-se uma discussão com a assistente social da instituição, sobre a questão identificada, levantando alternativas para seu enfrentamento. A conclusão foi de que seria necessário realizar um trabalho com as educadoras sobre o ECA, logo, uma capacitação, entendida como a possibilidade de proporcionar um momento de reflexão acerca da sua prática.

Identificou-se a necessidade de um aprofundamento sobre o ECA, para que elas pudessem “apreender” os fundamentos dessa legislação, que rege a sua atuação como

educadoras e depositárias de uma grande responsabilidade no atendimento a crianças e adolescentes.

Outro aspecto importante era a dimensão da prevenção e instrumentalização das educadoras, pois elas precisavam estar cientes dos direitos da criança e do adolescente, para que nenhum deles fosse violado, no espaço institucional. Portanto, era importante que todas conseguissem visualizá-los e efetivá-los nas atividades e procedimentos diários, estando assim em sintonia com o que o ECA preconiza e a instituição propõe.

Delineia-se aqui uma intervenção, por se ter percebido a necessidade de trabalhar com o grupo de educadoras, tendo em vista que “nos grupos, os sujeitos humanos se reconhecem como participantes de uma sociedade, inseridos em uma teia de relações e papéis sociais, através dos quais constroem a sua vida” (AFONSO, 2003, p. 19). Na experiência do grupo, elas poderiam trocar experiências e perceber onde estavam os “erros” e “acertos”, nas suas atividades diárias.

Foi tomada como base a perspectiva de que a experiência com o grupo de educadoras levaria a um processo de aprendizado ético que resultasse em melhor interação tanto entre as educadoras, quanto com as crianças e adolescentes. E a de que esses encontros motivassem as educadoras à avaliação das suas atividades, a partir do conhecimento que tinham e das reflexões desenvolvidas no processo de capacitação.

2.3 A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO APRESENTADA PELA ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL

A proposta de projeto elaborada teve como referência o conhecimento acumulado durante o período de estágio, que indicava a necessidade de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, frente às questões identificadas, discutindo sua viabilidade, objetivos, estratégias de ação. Enfim, era um esboço inicial de proposta de intervenção, construída por um profissional de serviço social em formação, utilizando-se fundamentalmente dos referenciais de planejamento, “este que é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias” (BAPTISTA, 2000, p. 14). Buscavam-se alternativas de enfrentamento das questões cotidianas que afetam diretamente o público alvo, que são as crianças e adolescentes.

O projeto de capacitação¹⁵ apresentado teve como proposta o “estudo” do Estatuto da Criança e do Adolescente pelos educadores da CVM. E, como objetivos:

- a) Oportunizar aos educadores que atuavam, nos três principais programas, um aprofundamento do conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, por meio do ECA.
- b) Contribuir para uma atuação consciente desses educadores, acerca dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, principalmente no que dizia respeito a suas responsabilidades como educadores.
- c) Proporcionar um aprendizado ético que propiciasse melhor interação com os abrigados.
- d) Esclarecer sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente para que possam, melhorar o cotidiano das suas ações com essa demanda.
- e) Realizar encontros motivadores, prevendo estudos e debates entre os educadores para que pudessem avaliar suas atividades como multiplicadores de conhecimento, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ele foi elaborado no período de estágio curricular obrigatório e, inicialmente, previa capacitar todos os educadores da instituição, compreendendo os três programas: a Casa Lar, a Comunidade Terapêutica e o Centro Educacional.

Mas, no decorrer da construção do projeto, percebeu-se que não haveria a possibilidade de desenvolver a capacitação até dezembro de 2006, pois, em novembro, acabava o contrato com as educadoras do Centro Educacional, que retornariam somente em fevereiro de 2007. Portanto, não haveria tempo hábil para desenvolver o projeto com todos os educadores até o final do estágio curricular obrigatório (que se encerraria em março). Assim, em conversa com a supervisora, foi levantada a possibilidade de execução do projeto nos meses de abril e maio de 2007¹⁶.

A clientela atendida nesse primeiro momento seria formada somente pelas oito educadoras da Casa Lar, uma vez que foi com elas que se teve maior contato e conhecimento da realidade. E também por esse período coincidir com o semestre de elaboração do trabalho final de conclusão de curso (TCC), que seria realizado concomitantemente com o desenvolvimento da capacitação. No entanto, firmou-se um compromisso com a instituição de

¹⁵ Ver Apêndice A.

¹⁶ Sendo que neste período de realização da capacitação a acadêmica atuou como voluntária, pois o término do estágio curricular obrigatório foi em março de 2007.

atender aos outros dois programas (Centro Educacional e Comunidade Terapêutica), após o término do TCC.

Para que esse projeto de capacitação acontecesse, primeiramente era necessário saber se haveria viabilidade para realizá-lo, isto é, se as educadoras teriam interesse em participar, sendo elas as peças fundamentais. Então, em março de 2007, foi elaborado um questionário¹⁷ de sondagem sobre o interesse, disponibilidade de dias e horários das educadoras e as metodologias de trabalho a serem utilizadas.

Para entrega dos questionários às educadoras, houve auxílio da coordenadora da Casa Lar, que conversou com as mesmas sobre a proposta de capacitação, solicitando que elas respondessem os questionários e devolvessem no dia seguinte. A coordenadora, ao entregar os questionários já respondidos, indicou que todas tinham aceitado participar e ficaram muito interessadas sobre a temática.

O resultado obtido pelos questionários foi o de que, das oito educadoras, todas indicaram afirmativamente sobre o interesse na capacitação. No que se refere a tempo de duração dos encontros, duas indicaram duas horas de duração; uma preferiu o tempo de uma hora; e cinco disseram que o tempo de duração seria o que fosse necessário, para contemplar todas as temáticas. Quanto ao dia para os encontros, duas optaram por ser durante a semana, no período noturno; e as outras seis, no dia da reunião com a coordenação da Casa Lar. No caso do número de encontros, três optaram por dois encontros ao mês; uma por quatro encontros ao mês; e as outras quatro por quantos encontros fossem necessários. Sobre a metodologia a ser utilizada, quatro preferiram a dinâmica de grupo, discussão e explicação; e as outras quatro solicitaram métodos interativos e dinâmicos. Levando em conta o voto da maioria, ficou decidido que os encontros teriam duração de duas a três horas; que seriam dois encontros ao mês; e a metodologia de trabalho envolveria discussões, exposições e dinâmica de grupo. Devido à dificuldade de reunir todas as educadoras, tendo em vista que elas trabalhavam por plantão e tinham outras atividades, entrou-se num consenso de que o dia ideal para realizar os encontros seria o da reunião com a coordenadora da Casa Lar, que acontecia a cada 15 dias, com duração de três horas. A instituição disponibilizou a sala de reuniões, para a realização dos encontros.

Uma vez aprovada a proposta, juntamente com a assistente social e coordenadora da Casa Lar começou-se a preparar os encontros.

¹⁷ Ver Apêndice B.

2.3.1 Planejamento dos Encontros

Nesse processo, o principal aliado era o Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo reestudo foi iniciado, a partir do conhecimento adquirido na universidade com a disciplina sobre Serviço Social e Políticas de Atenção a Criança e ao Adolescente, enriquecido com experiência vivenciada no estágio. Com a colaboração da assistente social da Casa Lar, iniciou-se a seleção dos artigos do ECA a serem abordados na capacitação.

O critério de elegibilidade dos mesmos foi a sua relação direta com as atividades e procedimentos desenvolvidos tanto pela Casa Lar, como pela instituição. Assim, foram selecionados 23 artigos¹⁸, que seriam abordados, mais sistematicamente, no processo.

Selecionados os artigos, passou-se a estudá-los individualmente, uma vez que a proposta era de diálogo sobre os artigos, e de explicá-los a partir da realidade cotidiana da Casa Lar, pois inspiradas em Paulo Freire (1983):

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento ‘experencial’), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la. (p. 52)

Ao realizar o planejamento, se verificou que seria enriquecedor se, na capacitação, fosse possível contar também com a contribuição de um profissional da psicologia, para falar um pouco sobre o desenvolvimento infanto-juvenil, tendo em vista que o Estatuto se refere, em alguns de seus artigos, a criança e o adolescente como “pessoas humanas em processo de desenvolvimento”. Então, foi convidada a psicóloga da Casa Lar, para que participasse, contribuindo com esse processo de aprendizagem.

Os artigos selecionados para estudo, nos encontros, já trazem em si uma grande bagagem de conhecimento, mas era necessária ainda a contextualização da construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, como uma conquista social almejada há muitos anos. Isso mostraria como a concepção de criança e adolescente foi sendo modificada desde o início da sociedade brasileira, para que as educadoras conseguissem compreender a sua lógica.

Em discussão com a assistente social e coordenadora da Casa Lar, foi considerado que também seria importante fazer uma breve contextualização sobre o histórico da CVM, assim como explicitar, mais detalhadamente, a estrutura e os procedimentos da Casa Lar.

¹⁸ Ver Anexo.

Dessa forma, com as temáticas a serem abordadas já delineadas, se percebeu que seriam necessários três encontros, com aproximadamente três horas de duração cada um, para se poder abordar tais temas, proporcionando às educadoras um momento de diálogo, troca de conhecimentos e reflexão acerca da sua atuação junto aos abrigados da Casa Lar.

No decorrer do processo de construção dos encontros, o projeto inicial de capacitação sofreu algumas modificações, necessárias para se atender à demanda dos educadores. Essas modificações foram:

- a) A capacitação seria ministrada separadamente para cada programa; primeiro na Casa Lar e, posteriormente na Comunidade Terapêutica e no Centro Educacional.
- b) A participação e contribuição da psicóloga, que inicialmente seria só no primeiro encontro, no entanto se estendeu para todos os encontros. Além da teoria de Vigotsky, ela trouxe também outros autores que abordam a questão do desenvolvimento infantil.
- c) A avaliação não foi realizada de cada encontro, mas somente no último, com um questionário de avaliação final sobre os encontros.

Por meio da proposta de capacitação, seria proporcionado às educadoras um processo de conscientização, como indica Freire (1983), de que “[...] a tomada de consciência, como uma operação, própria do homem, resulta [...] de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente como uma objetivação. Toda objetivação implica numa percepção que, por sua vez, se encontra condicionada pelos ingredientes da própria realidade” (p.77). Buscou-se apoio nessa idéia, relacionando-a à concepção de criança e adolescente contida no Estatuto, para reflexão, avaliação de suas atividades, objetivando uma possível ressignificação de sua prática, em relação à sua atuação para com os abrigados.

Tendo sido estabelecidos as temáticas e artigos a serem abordados na capacitação, passou-se a dividi-los para cada encontro. Considerou-se que o primeiro encontro seria introdutório, em que não haveria um espaço maior para discussão, pois seria um encontro expositivo.

No segundo e terceiro encontros, optou-se por uma abordagem dos artigos de forma dinâmica, para não se tornar cansativo, e foram abertos espaços para discussão.

Para avaliar as atividades desenvolvidas nos três encontros, foi elaborado um questionário¹⁹ que verificava se os objetivos traçados haviam sido alcançados.

A seguir, está apresentada a agenda norteadora de cada encontro.

¹⁹ Ver Apêndice C.

2.3.1.1 Primeiro Encontro

- a) Apresentação do Projeto;
- b) Histórico da CVM;
- c) Surgimento da questão da infância;
- d) Casa Lar e suas atividades e procedimentos;
- e) Desenvolvimento infanto-juvenil (contribuição da psicóloga).

2.3.1.2 Segundo Encontro

- a) Estudo de artigos pré-selecionados²⁰ do ECA. (abordagem por meio de explicação, discussão e dinâmica).

2.3.1.3 Terceiro Encontro

- a) Estudo de artigos pré-selecionados do ECA²¹. (abordagem por meio de explicação, discussão e dinâmica).
- b) Importância da família e do papel das educadoras (contribuição da psicóloga).
- c) Avaliação dos encontros.

2.3.2 Instrumental teórico-metodológico norteador do processo de intervenção

É fundamental reafirmar que todo o conhecimento acadêmico adquirido, bem como a experiência de estágio, forneceram as bases fundamentais para a organização e sistematização da proposta apresentada. Nesse processo de intervenção, seriam oferecidos às educadoras subsídios para uma compreensão do Estatuto, a partir da sua vivência cotidiana com os abrigados e com a instituição.

No que diz respeito ao processo de intervenção, Lima (2004), ao mencionar Mioto, indica que a intervenção é estruturada em torno de três eixos norteadores, que são os processos **políticos-organizativos**, desenvolvidos por meio de ações de assessoria e mobilização; os processos **socioassistenciais**, realizados através de ações periciais, socioemergenciais, socioterapêuticas e socioeducativas; e processos de **planejamento e**

²⁰ Os 23 artigos selecionados (conforme já mencionamos anteriormente) serão detalhados no Capítulo III deste trabalho, quando do detalhamento dos encontros.

²¹ Idem 6.

gestão. Estes últimos deram suporte para a intervenção, pois relacionam-se às ações voltadas para gestão e capacitação de recursos humanos, ou seja, neste caso em particular, a proposta de capacitação dos educadores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Compreende-se que os três eixos não ocorrem separadamente, mas de forma articulada. Para trabalhar com eles, foi necessário buscar novas literaturas que contemplassem a perspectiva histórico-cultural de abordagem da questão da infância (tema do primeiro capítulo deste trabalho), que dessem subsídios para entender e explicar de que forma as condições políticas e sociais influenciaram a concepção da infância e adolescência, em cada período histórico da sociedade brasileira. Dessa forma, recorreu-se a autores como: PRIORE (1991), RIZZINI (1993) e (1995a), RIZZINI (1995b), COSTA (1990) e (1994), FALEIROS (1995), dentre outros autores.

Tendo em vista que o método de abordagem empregado na capacitação foi a abordagem grupal, o referencial teórico utilizado foi AFONSO (2003), que discorre sobre a constituição dos grupos e sua funcionalidade. Acrescido também de BAPTISTA (2000), que traz significativos referenciais acerca do planejamento, concepção que serviu de subsídio para a construção do projeto, como também, para elaboração dos encontros, possibilitando delimitar a proposta, os objetivos e as metas a serem cumpridas em todo o processo.

O processo de coleta de dados/informações foi subsidiado pela literatura de MINAYO (1994), que dispõem sobre o processo investigativo e a necessidade do assistente social ser um profissional propositivo e investigador. Com essas leituras, se delimitou a problemática de intervenção, baseada fundamentalmente na observação. Como também em outros momentos de coleta de informações, tais como a através do questionário aplicado às educadoras, a constante observação realizada durante os encontros e a avaliação final realizada.

A proposta de abordagem dos artigos do Estatuto foi respaldada a partir da literatura de FREIRE (1983) e (1987), em que se buscou problematizar os artigos, relacionando-os com a realidade da Casa Lar e da instituição, para que, dessa forma, a apreensão dos mesmos fosse facilitada e possibilitasse uma reflexão do papel do educador.

A problematização, que se dá no campo da comunicação em torno de situações reais, concretas, existenciais, ou em torno de conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados. (FREIRE, 1983, p. 82)

Com essas palavras, Freire aborda a problematização, que se encontra inseparável das situações concretas, cuja análise implica os sujeitos reverem-se em sua confrontação com a situação real, e que implica num retorno crítico à ação.

Compreendendo a importância de todos esses componentes no processo de desenvolvimento da capacitação, será pontuada no próximo capítulo a realização dos encontros, como forma de intervenção do serviço social.

3 A EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSO DE CAPACITAÇÃO

3.1 A REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS

Os três encontros²² realizaram-se conforme o previsto quinzenalmente, com duração de três horas, na sala de reuniões da CVM. Nas segundas-feiras que antecediam cada capacitação, foi colocado no caderno de relatório grupal e individual da Casa Lar o convite²³ para capacitação, incentivando a participação de todas as educadoras.

3.1.1 Primeiro Encontro – 27 de abril de 2007

Neste primeiro encontro, foi entregue um exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente²⁴ para cada educadora, já com o nome dela e um agradecimento pela presença. Além das educadoras, também participaram do encontro a assistente social, a pedagoga e a psicóloga da Casa Lar.

Iniciou-se o encontro, apresentando brevemente o projeto e, depois, com um esclarecimento acerca da metodologia de trabalho adotada para os três encontros. Foi explicado que esse primeiro seria um pouco diferente, pois haveria a necessidade de exposição das temáticas²⁵ a serem abordadas, para que se pudesse, posteriormente, entender a lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também como parte da metodologia, foi combinado que cada participante receberia uma folha em branco, para que, se no decorrer da exposição surgissem dúvidas, elas fizessem suas anotações. Depois seria aberto espaço para tirar as dúvidas e para debate. Quanto às respostas às dúvidas, foi explicado que pelo fato da aluna estar em processo de aprendizagem/formação, poderia acontecer de algumas perguntas serem feitas e a mesma não

²² No que se refere a realização dos encontros, será abordado neste capítulo as questões que contemplam o processo de intervenção do assistente social (fundamento de análise deste trabalho). Porém, no que se refere a metodologia desenvolvida mais especificamente em cada encontro, será posteriormente detalhada em um artigo específico para reflexão desta questão.

²³ Ver Apêndice D.

²⁴ Os Estatutos foram doados pela Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP-BR-SC)

²⁵ Ver Apêndice E.

ter conhecimento e/ou segurança para respondê-las, mesmo assim houve o compromisso que ninguém iria ficar sem resposta, pois seria pesquisada e encaminhada para o próximo encontro.

Ressaltou-se a questão do sigilo. Tudo o que fosse falado deveria ficar somente entre os participantes, pois, no decorrer dos encontros, poderiam surgir exemplos de situações que ocorreram com crianças e/ou adolescentes da Casa Lar. Essas informações não podem sair do espaço institucional, levando em conta o artigo 17 do ECA, que dispõe sobre a preservação da imagem e da identidade de crianças e adolescentes. Para essa proposta houve a concordância de todas.

Iniciaram-se os trabalhos, fazendo-se um breve histórico sobre o surgimento da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas. Em seguida, sobre descoberta da infância na Europa no século XIII; e a trajetória da questão da infância do período Brasil Colônia até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Posteriormente, passou-se à explicação das atividades e procedimentos mais comuns da Casa Lar. Eles são realizados tanto pelas educadoras como pela assistente social, pois era de fundamental importância que elas tivessem uma noção de como ocorre o processo do abrigo.

Depois da explanação das temáticas, veio o momento de responder as perguntas e às dúvidas das educadoras. As questões abordadas relacionaram-se mais a esclarecimentos de questões cotidianas da Casa Lar, como, por exemplo, sobre o papel das educadoras no momento em que a criança e o adolescente são abrigados. Durante a exposição das atividades e procedimentos, foi orientado que o primeiro procedimento realizado pelas educadoras é o acolhimento do novo abrigado, mas que, anterior a isso, está o recebimento da determinação do Conselho Tutelar. Trata-se de uma guia de encaminhamento, onde deve ser verificada pela educadora a procedência do abrigado, pois a Casa Lar atende somente à clientela proveniente de São José²⁶.

Durante o debate, as educadoras verbalizaram algumas inseguranças em relação a alguns procedimentos, como, por exemplo: se elas poderiam perguntar para o Conselho Tutelar quais os motivos do abrigo da criança e/ou adolescente. Muitas vezes, o que está escrito no encaminhamento são poucas informações, não indicando questões fundamentais, tais como o detalhamento dos motivos do abrigo, se a criança ou

²⁶ Se a criança ou adolescente for encaminhado pelo Conselho Tutelar de outros municípios, as educadoras não podem receber esse abrigo, e devem comunicar a ocorrência à coordenadora da Casa Lar.

adolescente é usuário de drogas. Este é um fato que precisa ser comunicado à coordenadora, pois a Casa Lar não está preparada para receber esse abrigado que, pela falta da droga, pode vir a ter uma crise de abstinência. E ainda pela possibilidade colocar em risco o bem-estar dos outros abrigados.

Após o intervalo, foi encaminhado junto às educadoras a proposta de realizarem uma reflexão em duplas, no período de intervalo entre os encontros, apresentando-os no próximo encontro. Sendo aceita a proposta, cada dupla de educadoras (que trabalham no mesmo plantão) recebeu um artigo do Estatuto, previamente selecionado, para que, juntas e a partir de sua realidade, explicassem o que entenderam sobre o mesmo.

Os artigos selecionados foram: o artigo 1º, que diz que o ECA dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente; o artigo 3º, que estabelece que criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade; o artigo 15, que afirma o direito à liberdade, ao respeito, à dignidade; e o artigo 17, que determina sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Todos eles têm em comum explicitar as diferentes condições para que as crianças e adolescentes tenham um processo de desenvolvimento físico, social, psicológico e cultural, equilibrado e de qualidade, para sua condição de pessoa em desenvolvimento.

No momento seguinte, a psicóloga da Casa Lar trouxe a abordagem de alguns autores sobre o desenvolvimento infantil, como Jacob Lev Moreno, Lev Seminovitch Vygotski e Paulo Freire.

Para finalizar o trabalho do dia, foi realizada uma síntese a partir das temáticas abordadas. No que se refere às atividades e procedimentos da Casa Lar, foi possível construir coletivamente um resumo acerca do que as educadoras entendiam como sendo sua responsabilidade, uma vez que acabavam se tornando referência para as crianças e adolescentes. Assim pontuaram que assumem os seguintes papéis junto às crianças e adolescentes:

- a) Acolhedor – proporciona aos abrigados proteção, atenção e afeto, na hora de sua chegada na casa e sempre que necessário;
- b) Observador/Investigador – deve estar sempre atento à fala dos abrigados, como também às suas ações, pois as crianças e adolescentes, por meio de uma fala ou de um ato, podem estar querendo traduzir uma situação que lhes é importante;

- c) Ouvinte – não só ouvir, mas “saber” escutar, pois as crianças e adolescentes têm opiniões para expressar, indagações, medos e preocupações e o educador precisa saber recebê-las;
- d) Orientador – orienta constantemente os abrigados sobre comportamento, regimento interno, sobre a sua conduta com relação aos colegas, e sobre as questões do respeito, da cooperação, da autonomia;
- e) Motivador – instigar as crianças e adolescentes a desenvolverem as suas potencialidades, a refletirem sobre determinadas situações, a serem críticos na superação de dificuldades, a não desistirem frente aos desafios da vida, e serem sujeitos de sua história;
- f) Afetivo – desenvolver suas atividades com carinho, atenção, compreensão, sem distinções;
- g) Inovador – propor brincadeiras, jogos, grupos de estudos, diferentes leituras que visem à aprendizagem e ao acesso a fontes de informação.

São esses alguns dos papéis e responsabilidades que os educadores assumem a todo o momento, junto às crianças e adolescentes da Casa Lar, contribuindo para a formação dos abrigados como cidadãos e visando o seu bem-estar.

Tomando como base esses papéis, percebe-se o quanto alguns deles se aproximam do que Freire (1996) chama de “educação progressista”, pois segundo essa concepção, o educador deve

apoiar o educando para que ele mesmo vença suas dificuldades na compreensão ou na inteligência do objeto e para que a sua curiosidade, compensada e gratificada pelo êxito da compreensão alcançada, seja mantida e, assim, estimulada a continuar a busca permanente que o processo de conhecer implica. (p. 119)

Quanto ao papel de ouvinte, ou seja, o “saber escutar”, a este também se remete o autor, pois, segundo ele, o educador progressista deve escutar o educando em suas dúvidas e em seus receios. O educador ao escutar o educando, aprende a falar com ele. Existem, assim, algumas qualidades que vão sendo construídas na prática de “escutar”, pois,

sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista [...]. Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. (p.120)

Nesse primeiro dia de capacitação, somente uma educadora faltou. Foi um momento em que houve mais exposição, e isso era necessário, tendo em vista às características das temáticas apresentadas. Estas por serem introdutórias requeriam essa abordagem, uma vez que as educadoras precisavam entender a lógica do Estatuto e o contexto da sua produção. Foi o momento em que profissionais (no caso serviço social e psicologia) e acadêmica trabalharam com os fundamentos em relação à concepção de infância que norteia o ECA e sobre o desenvolvimento infantil.

Encerrou-se o encontro agradecendo a presença de todas, lembrando a importância da tarefa para o próximo encontro e a data de sua realização.

3.1.2 Segundo Encontro – 11 de maio de 2007

Iniciou-se o segundo encontro, firmando a mesma proposta metodológica adotada no anterior.

Em seguida, apresentaram-se as reflexões sobre os artigos selecionados anteriormente, que seriam feitas, em duplas, durante o intervalo dos encontros. A compreensão das educadoras sobre os artigos foi boa. Como exemplo, se pode citar a anotação feita por uma educadora sobre o que é a proteção integral:

proteção integral significa garantir, resguardar os direitos das crianças e adolescentes: direito à saúde, educação, alimentação, lazer, etc., garantindo inclusive o direito a uma família e um lar

E sobre a proteção integral, no contexto da Casa Lar:

a garantia de cuidados essenciais e emergenciais, que visam atender as crianças e adolescentes em situação de risco, tendo como parceiros inicialmente os responsáveis, o poder público, órgãos governamentais, escola, família, programas de atendimento. Sendo que, na nossa prática diária, procuramos respeitar as múltiplas linguagens existentes dentro da Casa, procuramos orientá-los nas várias situações que somos solicitados [...], fazendo-os refletir sobre suas ações.

Após a explicação de cada dupla, ainda algumas considerações foram realizadas sobre os artigos.

Conforme a agenda do segundo encontro, passou-se à explanação do artigo 2º, que define a idade cronológica para a criança e para o adolescente; do artigo 11, que assegura o

atendimento à saúde por meio do Sistema único de Saúde; do artigo 13, que institui a obrigatoriedade de comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente; do artigo 14, que dispõe sobre a questão da vacinação; do artigo 16, que trata do direito à liberdade; e do artigo 18, que afirma o dever de todos em “velar”²⁷ pela dignidade da criança e do adolescente, que deve estar a salvo de tratamentos desumanos, violentos, etc. Esses artigos têm em comum a abordagem de direitos fundamentais para bem-estar das crianças e adolescentes. Bem como concretizam em situações e/ou contextos específicos o sentido de “proteção” como ação de outros sujeitos (mundo adulto) de responsabilidade para com as crianças e os adolescentes. E também ofereciam a possibilidade de, a todo o momento, se reportarem a exemplos condizentes com a realidade da Casa Lar.

Na seqüência, foi dividido o grupo em dois sub-grupos de quatro pessoas. Cada um recebeu um artigo e livros de histórias infantis²⁸. Sendo que um grupo recebeu dois livros e o outro recebeu somente um livro (pois era um livro mais extenso). A dinâmica proposta foi estudar o artigo, ler os livros e explicarem de que forma identificaram os aspectos do artigo na história.

Os artigos a serem discutidos juntamente com os livros foram o 4º e o 5º, pois tratam das responsabilidades da família, Estado e sociedade civil, quanto à proteção integral da criança e do adolescente, para que não sejam objeto de negligência, exploração, discriminação, etc. Trata-se de artigos que afirmam a responsabilidade das educadoras e a importância de estarem, todo o tempo, zelando pela não violação dos direitos dos abrigados.

Com um tempo de 20 minutos, os grupos se organizaram e trabalharam. Quando se realizou a apresentação, foi muito interessante, pois as educadoras perceberam que, através desses livros, é possível trabalhar com as crianças e adolescentes diversas questões que perpassam o cotidiano da Casa. Um exemplo é a questão do cuidado para que nenhuma criança ou adolescente seja objeto de negligência, discriminação e exploração, bem como a importância da convivência familiar e comunitária.

Assim, se por um lado a experiência permitiu às educadoras refletirem sobre os artigos por meio da literatura infantil, por outro também foi oferecido a possibilidade de potencializar suas próprias atividades de educadoras, apresentando mais uma nova perspectiva de trabalho com as crianças e adolescentes, na abordagem do ECA.

²⁷ Expressão utilizada no artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

²⁸ Os livros foram os seguintes: Lucas (autor Luís Carlos Gouveia), Siso, o Burrinho remador e A Cinderela.

Esse encontro permitiu visualizar que as educadoras sabem que, em alguns momentos, nas suas atividades diárias, acabam se submetendo a uma rotina que, muitas vezes, não possibilita uma reflexão sobre as atividades realizadas. A partir dos debates, elas perceberam que poderiam, em muitos casos, ter procedido ou encaminhado determinadas situações de uma forma diferenciada. Porém, na correria do cotidiano, acabam fazendo as atividades de forma rotineira e sem reflexão.

As educadoras estavam muito mais à vontade nesse encontro. Trouxeram várias questões pertinentes à Casa Lar, e dúvidas sobre como proceder, em algumas situações, com as crianças e adolescentes. Como, por exemplo, em relação aos abrigados, que o juizado proibiu o contato com os pais, pois foi destituído o poder familiar: Se, durante a ida ou volta do colégio, as educadoras, juntamente com as crianças e/ou adolescentes, encontrarem os pais, como devem proceder? Segundo a assistente social, é uma situação imprevisível, e *“não dá para sair correndo com os abrigados”*, que vão querer abraçar seus pais. Mas elas não devem passar deste momento do cumprimento, ou seja, uma maior aproximação, devendo as educadoras chamá-los e seguir para a Casa Lar.

Foi um momento de elucidação de muitas questões, das quais algumas foram respondidas pela assistente social da instituição e em outras se teve a contribuição da psicóloga e da pedagoga da Casa Lar.

Foi possibilitado às educadoras, através da explanação dos artigos aliada a uma reflexão do que isso quer dizer no contexto da Casa Lar, um processo de reflexão e avaliação das atividades desenvolvidas junto aos abrigados.

Percebeu-se que, no decorrer das atividades, que as educadoras estavam bastante comprometidas com as atividades desenvolvidas, bem como com a não-violação dos direitos das crianças e adolescentes da Casa Lar.

3.1.3 Terceiro Encontro – 1º de junho de 2007

Este encontro realizar-se-ia no dia 25/05/2007, mas, devido a algumas educadoras não poderem estar presentes, o mesmo foi transferido para a semana seguinte. Mandou-se o convite do 3º encontro, com a alteração da data divulgada para as educadoras, através do caderno de comunicação.

Na semana que antecedeu ao encontro, foram enviados para as educadoras quatro envelopes, já com o nome de cada duas que trabalhavam no mesmo plantão. Em cada envelope havia oito livros de histórias infantis²⁹, juntamente com um artigo do Estatuto. Como no encontro anterior, já havia sido feita uma dinâmica com os livros (porém, anteriormente, os livros estavam previamente separados, conforme as questões referentes aos artigos recebidos), nessa outra tarefa, recebendo um leque de opções (oito livros) cada educadora deveria procurar aquele que abordasse alguma questão pertinente ao artigo que lhe fora encaminhado.

Os artigos selecionados para esse momento foram: o 19, que estabelece o direito ao convívio familiar e comunitário, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes; o artigo 58, que dispõe sobre o processo educacional, em que se devem respeitar os valores culturais e históricos da criança e do adolescente, garantindo a liberdade e o acesso às fontes de cultura; o artigo 70, que trata do dever de todos na prevenção à ocorrência de ameaça ou violação de direitos; e o artigo 71, que determina sobre o direito à informação, cultura, esporte, diversões, espetáculos, etc., que respeitem sua condição de pessoa em desenvolvimento. Nesse caso, principalmente o artigo 19 que trata da convivência familiar e comunitária, percebendo-se a importância dessas relações, uma vez que a sua passagem pela Casa Lar é temporária, e que como indica o artigo 58 deve-se ter a preocupação de preservar valores culturais e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente. Tratando assim da preservação de direitos e cuidados com os aspectos sociais que influenciam o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Essa tarefa seria apresentada no encontro seguinte, quando cada uma traria uma história que ilustrasse o artigo que recebeu. Foram reforçadas, mais uma vez, a mudança da data do encontro para o dia 01/06/2007 e a importância da presença de todas, para que se pudesse fazer um fechamento da capacitação.

No dia da 3º encontro de capacitação, todas as educadoras estiveram presentes, como também a psicóloga e a assistente social da Casa Lar; somente a pedagoga não pôde comparecer.

²⁹ Os livros enviados foram os seguintes: Pinóquio; Baby zôo; O Tamanduá; o Tatu e a Formiguinha; A Arara mágica; A Larvinha triste; O caso dos ovos O Passarinho sem cor; O Galinho mais simpático do mundo; O susto; O Mico leão-dourado; Bicho escondido com o rabo de fora; Pão quente e cenouras frescas; O Ursinho Mixilim; Helmut, o chopeiro de colônia; Rapunzel; Ninguém gosta de mim; O Golfinho esperto; O Lobo-guará e o Veado-campeiro; João e Maria; Chapeuzinho Vermelho; Del Rastro, o amigo; O Cachorrinho Herói; Os três porquinhos; O Gato que não tinha botas; O ouriço Tambor e a arara Jussara; A tartaruga Tâmara; Eurico ri à toa; Um palhaço diferente; O gato de botas; Um rato que queria ser sábio; A palestra da Dona Anta; Boitatá e os Fazendeiros. Foi dado esse leque de opções para que as educadoras tivessem a possibilidade de escolha.

Foi iniciado o encontro firmando a mesma proposta metodológica dos anteriores, e em seguida foi realizada uma dinâmica, ministrada pela psicóloga da Casa Lar. A dinâmica consistia em cada pessoa do grupo receber uma mão recortada onde, no dedo “mindinho”, deveria ser escrita uma qualidade pessoal; no anelar, um objetivo a ser conquistado; no dedo médio, algo de que não se gostava; no indicador, o motivo pelo qual se estava participando da capacitação; e, no polegar, uma frase para o grupo. Depois foram divulgadas as respostas. No que se refere ao porquê de sua participação, a maioria disse estar buscando um maior conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Iniciadas as apresentações sobre o artigo que cada dupla de educadoras recebeu para fazer uma análise, a partir do livro de história infantil escolhido, elas trouxeram questões interessantes como, por exemplo, a importância da vivência em família para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, destacando o fato de que, naquele momento, os abrigados da Casa Lar não estariam tendo essa possibilidade. Assim, elas, como educadoras, deveriam dar muito de si, para transformar a Casa realmente em um lar com harmonia, afeto, proteção e cuidado para essas crianças e adolescentes. Outra questão bem presente foi a da cidadania. Embora os abrigados estejam limitados, devido ao fato de estarem em um abrigo, eles, sem distinção, têm o direito à cultura, lazer, esportes, diversão e acesso a informações, cabendo a todos proporcionar-lhes esses direitos (dentro das condições institucionais) e garantir que eles sejam respeitados.

Após a apresentação das educadoras, a psicóloga passou a explicar sobre o desenvolvimento infantil, pois as crianças e adolescentes que são atendidas na Casa Lar, quando chegam, já trazem consigo uma bagagem sócio-cultural. Em alguns momentos, manifestam tendências que prejudicam o seu bem-estar, como, por exemplo, não gostar de tomar banho, pois, no meio familiar onde viviam, este não é um hábito. Mas, sabendo que isso interfere na questão da higiene pessoal e na saúde do abrigado, as educadoras precisam conversar e explicar a importância desse hábito, proporcionando ao abrigado uma reflexão sobre a importância de tomar banho, para que se conscientize de que é necessário para a sua saúde. Esse exemplo, como tantos outros devem ser observados pelas educadoras, para que elas possam estar trabalhando a reflexão das crianças e adolescentes.

No momento seguinte passou-se para a explanação sobre os artigos: 53, que fala sobre o direito à educação; artigo 60, que dispõe sobre a idade para o trabalho e a condição de aprendiz; artigos 90 e 92, que dizem respeito às entidades de atendimento a crianças e adolescentes e aos princípios para a realização das atividades nesses locais; o artigo 98, que determina quais os motivos que podem levar à aplicação de medidas de proteção à criança e

ao adolescente; o artigo 100, que afirma que as medidas de proteção levam em conta as necessidades pedagógicas das crianças e adolescentes e que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários; e o artigo 101, que estabelece as medidas de proteção que a autoridade competente pode aplicar, no caso dos direitos da criança e/ou adolescente estarem sendo ameaçados ou violados. Os dois primeiros artigos se referem a questões pertinentes à cidadania e os outros a todo aparato existente para atender as crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados.

A todo o momento, as educadoras colocaram suas dúvidas referentes a questões da Casa Lar.

Este último encontro foi um momento de troca e de muitos questionamentos por parte das educadoras, sobre como deveriam agir com as crianças e adolescentes, pois, muitas vezes, pensando fazer o que é certo, na verdade estavam errando.

Ou seja, tratava-se de saber agir sem infligir nenhum direito, ampliando a visão sobre o senso comum e sobre suas experiências de vida. Portanto, a importância desse momento de diálogo, pois, a partir do que está vigente no Estatuto e de tudo aquilo que foi abordado nos encontros, as educadoras puderam avaliar sua atuação, identificando em que aspectos poderiam melhorar. Avaliação esta que deveria partir delas mesmas, da conscientização de suas responsabilidades como educadoras. Na instituição, não havia ninguém fiscalizando o tempo inteiro as atividades que elas desenvolviam com os abrigados, que pudesse saber, de imediato, onde estavam os “erros” e “acertos”. Por isso, era tão importante que elas se sentissem sujeitos de seu processo de “ser um profissional da educação”.

Um momento de reflexão sobre as atividades deve ser feito diariamente, cabendo à instituição e aos demais profissionais que nela atuam, dentre eles o assistente social, dar subsídios para que as educadoras reflitam e apreendam o Estatuto, conseguindo ressignificar as suas ações.

Como, durante o desenvolvimento dos três encontros, foi recorrente a indicação da continuidade desse tipo de trabalho, a assistente social comunicou a todas que esses momentos de troca de experiências e de diálogo sobre as questões da Casa Lar não iriam acabar naquele encontro. Mesmo que o presente projeto de intervenção estivesse sendo concluído, a equipe técnica (psicóloga, pedagoga e assistente social da Casa Lar) daria continuidade a esse processo, trazendo teorias que possibilitassem melhoria das suas ações junto aos abrigados, para que o grupo de educadoras tivesse o mesmo foco de ação, trabalhando igualmente com o mesmo embasamento teórico.

Ao finalizar, agradecimentos foram feitos a todas as educadoras, por se disporem a participar da capacitação. Foi pedido às educadoras que respondessem um questionário de avaliação dos encontros e, mas, como o tempo já estava esgotado, então foi combinado que elas entregariam todos os questionários num envelope, na segunda-feira seguinte.

3.2 AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DAS EDUCADORAS

A avaliação foi realizada a partir de um questionário entregue às educadoras no último encontro de capacitação, para que se pudesse verificar se os objetivos propostos inicialmente no projeto de capacitação haviam sido alcançados ou não.

Após a análise dos questionários, constatou-se que o resultado foi positivo, pois a maioria das educadoras considerou como “ótimas” a metodologia e as dinâmicas utilizadas nos encontros. Que o conteúdo programático foi exposto de forma clara, fácil, acessível e prazerosa, possível de se constatar em algumas falas:

Ampliou meus conhecimentos, fez repensar, dei um novo enfoque a tudo aquilo que conhecia. [...] de forma prazerosa e de entendimento fácil trazer o conhecimento acerca do ECA. Deixou claro o real papel do educador e suas competências.

Através das dinâmicas e explicações, pudemos entender melhor o Estatuto, podendo assim realizar melhor nosso trabalho.

Observou-se que os três encontros proporcionaram às educadoras um maior conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, problematizando-se a teoria, no caso o Estatuto, por meio da realidade vivida pelas educadoras junto às pessoas, através de exemplos práticos do cotidiano das atividades da Casa Lar. Pois, como indica Freire (1983), “[...] a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor com as demais, na realidade.” (p. 82)

Isso implica em que foi proporcionado um espaço de trocas de experiências e de conhecimentos, onde as educadoras puderam perceber o quanto ser um educador demanda uma série de responsabilidades.

Com as contribuições da psicóloga, foi proporcionado às educadoras ampliar conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, percebendo essa dimensão tão complexa,

que é o período da infância e adolescência. Ou seja, no período da infância a criança e o adolescente são completamente influenciados pelo meio social no qual estão inseridos, principalmente com relação à família, que auxilia na formação de sua identidade.

Sabe-se que as crianças e adolescentes que estão na Casa Lar vêm de vivências diversas, com culturas, valores e crenças que devem ser respeitados, desde que isso não afete o seu bem-estar e o dos outros abrigados. Por isso, em cada atividade desenvolvida, cada um vai responder de uma forma diferente, uns com mais facilidade e outros com menos; alguns terão embates e não aceitarão determinadas coisas. Mas isso acontece porque eles já têm a sua bagagem de vivências, que foi formada no seu meio social, que é diferente em cada criança e adolescente.

Segundo depoimentos recebidos das educadoras durante o processo de capacitação, foi importante elas adquirirem esses conhecimentos, pois muitas vezes questionavam o porquê de, por exemplo, determinados abrigados terem tantas dificuldades em aceitar as normas da Casa. Se procurou levá-las a compreender que eles são pessoas em desenvolvimento, vindos de uma teia de relações sociais, culturais, e com histórias diversas, as quais influenciam diretamente na sua forma de entender a realidade e lidar com determinadas situações. Sendo que o respeito aos valores culturais e históricos está preconizado no artigo 58 do ECA “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”.

Contudo, cabe a essas pessoas o papel de educar as crianças e adolescentes, fazendo com que eles compreendam a realidade de forma crítica, autônoma e responsável, mostrando os caminhos para a superação de dificuldades advindas do cotidiano familiar que prejudiquem seu bem-estar na Casa. Como referência, a educadora afirmou: *Aprendi como devo agir com as crianças e adolescentes, respeitando eles e conquistando o respeito deles também.*

Portanto, é necessário que as educadoras busquem uma educação problematizadora, como sugere Freire (1983)³⁰, em que o educador deve convidar os educandos, no caso os abrigados, a conhecerem o objeto cognoscível, dando-lhes subsídios para a reflexão, colaborando dessa forma para a formação do senso crítico das crianças e adolescentes. Não utilizando a educação “bancária”, em que os educandos seriam como depósitos de conhecimentos passivos nesse processo, mas sim, fazendo com que eles pensem sobre o objeto do conhecimento. Se trata de compreender o próprio processo de vida que estão

³⁰ No processo das ações socioeducativas da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças é utilizada a metodologia de Paulo Freire.

passando, para que não sejam meros espectadores e receptores de um conhecimento já formado por aqueles que os educam.

Foi possível constatar, nesse movimento de troca de conhecimentos, que as educadoras perceberam a importância de avaliarem e refletirem sobre as suas atividades diárias junto às crianças e adolescentes, sendo a avaliação um processo contínuo, que proporciona uma atuação ética, de comprometimento e engajamento para com as problemáticas que perpassam o cotidiano da Casa Lar. Conforme indica Freire (1983), “o homem [...] é capaz de exercer um ato de reflexão, não somente sobre si mesmo, mas sobre a sua atividade, que se encontra separada dele, como separado dele se acha o produto de sua atividade” (p. 88).

A proposta desenvolvida ofereceu subsídios para que elas mesmas tomassem consciência da importância de uma avaliação contínua de suas atividades, de suas ações, para que possam estar sempre zelando pelos direitos das crianças e adolescentes. E assim, conscientes dessa necessidade, que possam ressignificar o seu trabalho e melhorar a cada dia a relação com os abrigados e as suas ações como educadoras. Nesse sentido, se referencia Freire (1983), quando afirma que

A tomada de consciência, ultrapassando a mera apreensão da presença do fato, e coloca, de forma crítica, num sistema de relações dentro da totalidade em que se deu, é que superando-se a si mesma, aprofundando-se, se tornou conscientização. Este esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa desvelar, não pode ser [...] de caráter individual, mas sim social. (p. 77)

Cabe salientar, que as avaliações indicaram a importância do trabalho realizado, como também a sua continuidade que será dada pela equipe técnica da Casa Lar. Os encontros continuaram ocorrendo quinzenalmente durante a reunião com a coordenadora da Casa, onde estudos serão feitos para aprimorar cada vez mais o atendimento aos abrigados, sendo que algumas temáticas já foram indicadas na avaliação como a educação infantil; como dar limites às crianças e adolescentes; sexualidade e violência.

Concluiu-se o relato sobre esse processo de capacitação, com indicativos de que se conseguiu promover, junto às educadoras, momentos de compreensão sobre o Estatuto, de reflexão, conscientização e de troca de experiências. Percebeu-se a que, a cada novo encontro, havia uma busca por melhoria de suas atividades como educadoras, de seu empenho e dedicação em cuidar, educar, dar atenção e proteger essas crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a concepção de infância e que é referenciado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa concepção é resultado das formas pelas quais a questão da criança e do adolescente foi se configurando na sociedade, a partir das condições econômicas políticas e sociais de cada período histórico do Brasil. Neste sentido, ela também influenciou na trajetória histórica das propostas de atenção desenvolvidas diretamente para as ações voltadas para essa clientela.

Nessa perspectiva, as modificações, principalmente na esfera política e social, devido ao fim da ditadura militar e à abertura democrática, deram espaço à sociedade civil e aos novos atores sociais na busca de direitos. Trata-se de uma luta antiga, mas que só tomou força devido à nova conjuntura de mudanças no país, subsidiando também a construção da concepção referenciada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de “pessoa em desenvolvimento”, de “proteção integral”, “prioridade absoluta” e de cidadania da infância e adolescência.

Contudo, verifica-se que, embora com essas noções afirmadas pelo ECA, ainda há resquícios de concepções antigas. Quase 17 anos de existência do Estatuto não conseguiram mudar a mentalidade de boa parte da sociedade brasileira, que ainda percebe a criança e o adolescente como sendo “menor”. Ou seja, aquela criança e/ou adolescente em condição de pobreza, de abandono, que pode estar em situação de conflito para com a lei.

Isso se evidencia nos tele-jornais, onde, todos os dias, se ouve falar que *um ‘menor’ cometeu um ato infracional, ou um ‘menor delinqüente’ foi preso*. Eles, que são meios de comunicação de massa e formadores de opinião, acabam por reafirmar essa concepção “minorista” de criança e adolescente que, por sua vez, continua sendo reproduzida pela sociedade.

Da mesma forma, isso acontece no espaço institucional. Foram identificados momentos de “incoerência” entre a concepção de infância das educadoras da Casa Lar Jandira Jovita da Rosa e a concepção estabelecida pela CVM para o atendimento às crianças e adolescentes, que, no segundo caso, indica fundamentar-se no ECA. Com esse tema em discussão, foi proposto o projeto de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para os educadores da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criançinhas.

Assim, o eixo central do projeto foi a problematização de alguns artigos contidos no Estatuto, tendo como referência a realidade da Casa Lar. Dessa forma, se conseguiu provocar a reflexão acerca das idéias que as educadoras possuíam sobre a criança e o adolescente, frente à concepção do Estatuto, para que elas refletissem sobre a sua prática, avaliando quais os aspectos de sua atuação se identificavam ou não, com o que está colocado pelo ECA e pela instituição. Pois, segundo Freire (1996), “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (p.39).

Propiciou-se também um aprofundamento do conhecimento das educadoras sobre o Estatuto. Ele foi exposto, discutido e debatido, principalmente quanto ao que aborda o livro 1, que traz como referência os direitos das crianças e adolescentes. Esse processo teve como finalidade instrumentalizar as educadoras, para zelarem pelos direitos dos abrigados, a fim de que não haja ameaça ou violação dos mesmos, e para que possam melhorar cada vez mais a sua atuação como educadoras.

○ homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de troca, faz e refaz constantemente o seu saber. É por isso que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, que havia instalado como saber novo. (FREIRE, 1983, p. 47)

A oportunidade de desenvolvimento do estágio curricular obrigatório na Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças possibilitou aprimorar os conhecimentos sobre a intervenção do serviço social. E verificar que a instituição tem a intencionalidade de assumir integralmente o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que em determinadas ocasiões esta intencionalidade fica fragilizada, seja pela sobrecarga de atividades dos profissionais que nela atuam ou ainda pela dificuldade de superar determinados procedimentos que compõe sua própria história.

A proposta de capacitação foi também resultado do desenvolvimento da capacidade para, na qualidade de profissional da área, “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetuar direitos, a partir de demandas emergente do cotidiano” (IAMAMOTO, 1997, p. 113).

Como uma intervenção do serviço social, o planejamento e a efetivação da capacitação permitiram uma primeira aproximação com ações articuladas nos três eixos norteadores do processo de intervenção profissional. Ou seja, conforme citado por Lima (2004), estes que estão “dialeticamente articulados e ancorados na dimensão investigativa,

uma vez que a pesquisa deve ser inerente a todo e qualquer processo investigativo e que não existe intervenção sem planejamento e documentação” (p.3).

Nesse sentido, no que se refere ao processo **sócio-assistencial**, ele se evidenciou como uma ação socioeducativa, realizada por meio da capacitação, pois o objetivo da realização dos três encontros era propiciar às educadoras o conhecimento e compreensão sobre as concepções de infância que permearam os diferentes períodos históricos do nosso país, para que elas apreendessem de que forma a questão da infância foi adquirindo um espaço central na sociedade e na lógica da construção do ECA. E, no momento do diálogo e problematização do Estatuto, propiciar uma oportunidade de reflexão sobre suas responsabilidades como educadoras, devendo zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. Uma vez conscientes de sua posição de profissionais da educação, mostrar a necessidade de uma avaliação sistemática de suas atividades, para melhorar cada vez mais a sua atuação junto a essa clientela.

No que se refere aos processos **políticos-organizativos**, estes foram identificados na prática quando, a partir da problematização do Estatuto a Criança e do Adolescente, passou-se a levantar determinados aspectos pertinentes à realidade das educadoras da Casa Lar. Para que isso fosse possível, foi utilizada a abordagem grupal, que as mobilizou para a reflexão, proporcionando momentos de troca de conhecimento e de análise sobre a sua atuação junto aos abrigados, tendo como base a concepção vigente no ECA.

Os processos de **planejamento e gestão** foram verificados quando da elaboração da proposta de capacitação, que resultou em três significativos encontros, propiciando troca de conhecimento e experiências, reflexão, discussão e análise sobre o ECA, bem como a conscientização das educadoras da necessidade de avaliarem a sua prática sistematicamente, para melhorarem cada vez mais o atendimento às crianças e adolescentes. Revelou-se necessário dar continuidade a esse processo de estudos, o que será feito pela equipe técnica da Casa Lar, nos encontros quinzenais com a coordenação.

Finalizando, é importante salientar que este Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou identificar que, dentro dos espaços ocupacionais do serviço social, é possível, a partir de um olhar mais apurado no âmbito de atuação, fazer uma releitura da realidade por meio da investigação e, a partir disso, identificar questões que possam ser objeto de intervenção profissional, na busca pela ampliação da cidadania e garantia de direitos.

Portanto, assumindo uma atitude propositiva e visando competência na atuação profissional, não se deve esperar pelas problemáticas que venham espontaneamente, mas sim,

a partir da realidade que se descortina, ir até elas e, a partir delas, criar propostas de trabalho e intervenção.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Lucia. **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. Belo Horizonte: Campo Social, 2003. p. 19-212.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais, 1995. p. 172-236.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 279p.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000. p. 13-23.
- BRESSAN, Carla Rosane. **O Direito de Proteção Social não contributiva à infância e à adolescência no Brasil e na França**. 2006. 294f. Tese de Doutorado (doutorado em Serviço Social) – PONTIFÍCIA Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- CARLOS, Antonio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**. Brasília: Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, 1994.
- _____, Antonio Carlos Gomes da. **Brasil. Criança. Urgente; a lei**. São Paulo: Columbus, 1990.
- CÓRIA, Claudia Freiburger Müller. **Projeto Casa-Lar: uma proposta alternativa de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco**. 1996. 92f Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- CRECHE, e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas. **Projeto Político Pedagógico**. 2006.
- DENARDIN, Suzane Cirilo. **O Serviço Social numa experiência de abordagem à criança e ao Adolescente**. 1994. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.
- FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. Subsídios para uma história da assistência privada dirigida à infância Brasileira. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de**

governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995. p. 172-236.

_____, Vicente de Paula. Infância e o Processo Político. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995. p. 49-98.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 39-93.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. p. 65 – 121.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148f.

GERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 147-154

HOROSTECKI, Marcelo Fabrício. **O adolescente e sociedade:** uma construção social. Chapecó: Universidade Comunitária de Chapecó, 2003. Projeto de Psicologia.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. *In*: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais - **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEFESS –ABEPSS-CEAD-UNB, módulo 1, 1997. p. 112-127.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 49- 91.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O óbvio e o contraditório da roda. *In*: PRIORI, Mary Del (org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 98-111.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A intervenção do Serviço Social:** propondo o debate sobre ações sócio-educativas. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Anais...2004. p.1-9.

_____, Telma Cristina Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; PRÁ, Keli Regina Dal. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais:** algumas considerações acerca do diário de campo. Texto de apoio para fins didáticos. 2006. 11f.

MINAYO, Maria Célia de Souza. Ciência , Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 09-29.

NUNES, Denise Caminha. **Da institucionalização à desinstitucionalização - um caminho a ser percorrido**. 2005. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; REGO, Cláudia Capello; VILLARDI, Marta Lima, Raquel. O processo de aprendizagem em uma perspectiva sócio-interacionista. ensinar é necessário, avaliar é possível. **Educação a Distância nos Sistemas Educacionais Curso de Formação Continuada**. Abr. 2004.

Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/171-TC-D4.htm>>. Acesso em 25 de outubro de 2006.

PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: _____ (org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1991. p. 10-25.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores - do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um histórico da infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais, 1995b. p. 99-168.

_____. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais, 1997. p. 198-255.

RIZZINI, Irma **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais, 1995a. p.244-324.

ROSA, Keila. **A institucionalização como medida excepcional e provisória: contribuições para análise do processo de abrigamento**. 2004. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PROJETO Casa Lar: uma alternativa de atendimento às crianças e aos adolescentes. Florianópolis: [s.n], [entre 1991 e 1995]. 26p.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. *In*: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995. p. 300 – 346.

APÊNDICE A – PROJETO DE CAPACITAÇÃO

PROJETO:

**CAPACITAÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE PARA EDUCADORES DA CRECHE E ORFANATO
VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS**

**ELABORADO POR:
CINTIA LAURECI COELHO**

**INSTITUIÇÃO EXECUTORA:
CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS**

Florianópolis, fevereiro de 2007

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO
2	JUSTIFICATIVAS
3	OBJETIVOS
3.1	Objetivo Geral
3.2	Objetivo Específico
4	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS
5	PÚBLICO ALVO
6	METAS QUANTITATIVAS
7	AVALIAÇÃO E CONTROLE
8	CRONOGRAMA
8.1	Encontros
9	RECURSOS
	REFERÊNCIAS

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente projeto será realizado na Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças – CVM, localizada na Rua Otto Julio Malina, nº1306, Bairro Ipiranga – São José. Organização não-governamental, sem fins lucrativos, com finalidade assistencial e filantrópica, que foi fundada pela Sra. Geny Julia Feijó e Sra. Jandira Jovita da Rosa, no dia em 1º de novembro de 1978.

Hoje a instituição atende em torno de 300 crianças, adolescentes e adultos, sendo que todo atendimento é gratuito, voltado para famílias de baixa renda da comunidade.

A CVM mantém alguns programas, dos quais podemos destacar os três principais, que são o Centro Educacional – educação infantil e pré-escola, que atende crianças de 3 a 6 anos, em período integral; a Casa Lar “Jandira Jovita da Rosa”, que abriga crianças e adolescentes de 3 a 18 anos incompletos, 24 horas por dia, em sistema de abrigo, e a Comunidade Terapêutica “Geny Julia Feijó”, que atende crianças, adolescentes e adultos do sexo masculino, em sistema de internação, por um período de 9 meses a 1 ano, para tratamento de dependência química.

Em ambos os projetos, há uma equipe de profissionais composta por assistente social, psicólogos, pedagogo e educadores, que atuam diretamente com a clientela, sendo que todas as atividades realizadas na CVM têm como fundamento o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 JUSTIFICATIVA

A idéia de desenvolvermos um projeto de capacitação para os educadores do Centro Educacional, da Casa Lar e da Comunidade Terapêutica surgiu pela necessidade apontada pela assistente social Izaiane Latrônico Motta, de desenvolver ações que proporcionem à equipe de educadores um conhecimento mais aprofundado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está inserido nas atividades diárias da instituição. Como também para uma breve e sucinta orientação sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes, observando o artigo do ECA, que diz “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento [...]”. (artigo 15)

A Lei 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, implantou uma nova proposta de atenção à criança e ao adolescente, pois preconiza a sua proteção integral que, até então, era executada de forma fragmentada. O ECA mudou o enfoque da política de atenção para essa clientela, pois, a partir de então, eles passam a ser vistos como portadores de direitos, sendo que a responsabilidade pela infância e juventude agora não é só da família, mas de todos aqueles que fazem parte da sua vida social. Logo dividem as responsabilidades de efetivar os direitos o Estado, sociedade civil e família, e todos terão que cumprir o seu papel.

Vem legitimar todo um aparato sobre o controle social da violação de direitos da criança e do adolescente, bem como as atribuições dos Conselhos, das normas e procedimentos das entidades de atendimento, e toda uma série de assuntos pertinentes à temática da criança e do adolescente.

Portanto, a execução deste projeto junto aos educadores da CVM deve-se à necessidade de uma nova visão sobre a atenção a criança e o adolescente, de seus direitos e deveres, bem como das responsabilidades de todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte do seu cotidiano. Para que tenham consciência de que todo processo de trabalho desenvolvido por eles com esta clientela é respaldado pelo ECA, não é algo que foi criado pela instituição, mas sim por haver uma Lei que rege todo atendimento da CVM.

Dessa forma, é necessário que todos tenham o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo que minimamente, para que possam ressignificar o seu trabalho e transmitir para as crianças e adolescentes que eles são seres humanos portadores de direitos e que existe uma lei que os protege integralmente.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 2º “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

É esta a classificação do Estatuto sobre a infância e juventude, mas independente desta classificação, segundo o mesmo, eles são “seres humanos em desenvolvimento”. Sabemos que é uma fase bastante complicada, pela qual todas as pessoas passam, período de intensas modificações físicas e psicológicas e sociais, com as quais todos aqueles que já passaram por esse período e estão na fase adulta têm dificuldade de lidar, pois é um período bastante instável na vida da criança e do adolescente.

Assim, devido à complexidade do assunto, é que abordaremos de forma bastante sucinta o desenvolvimento da criança e do adolescente, tendo como base a teoria do psicólogo Lev Seminovitch Vigotski, por julgar ser a mais adequada para este trabalho, pois é a teoria que está mais relacionada com a realidade da demanda da CVM.

Segundo BAGGIO (1998), que fala sobre a Teoria de Lev Vigotski, o desenvolvimento de um indivíduo está condicionado ao ambiente social no qual ele está inserido. Desta forma, “diferentes ambientes sociais das crianças (incluindo o doméstico, o escolar, o de trabalho, etc.) promovem aprendizagens diversas que passam a ativar processos de desenvolvimento também diversos”.

A fala dos adultos interfere gradualmente na percepção e conhecimento das crianças, pois “com o tempo ocorre uma interiorização progressiva das direções verbais fornecidas à criança pelos membros mais experientes de um ambiente social” (BAGGIO, 1998, p. 36).

Portanto, cada indivíduo tem uma história própria, que é construída e transformada desde o seu nascimento, pelo meio social do qual está inserido, sendo que “a partir de suas relações e atividades que desenvolve, cada indivíduo internaliza os conhecimentos adquiridos de forma diferente, se individualizando” (HOROSTECKI, 2003).

Nesse sentido é que acreditamos que essa teoria facilitará o entendimento do desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois eles têm realidades e experiências sociais diversas, que condicionam o seu desenvolvimento. Cada um traz consigo uma bagagem psíquica e social com as quais os educadores têm de saber lidar da melhor forma, pois muitas vezes a realidade vivida seja no Centro Educacional, na Casa Lar ou na Comunidade Terapêutica é completamente diferente daquela que eles vivem no seu meio familiar. Logo,

todo o seu desenvolvimento estará relacionado a tudo aquilo que foi internalizado no seu meio social.

Contudo, é fundamental que os educadores tenham a compreensão dessa visão sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, para que possam observar suas limitações e possibilidades, levando em conta o meio social no qual todos estão inseridos.

Diante do exposto, julgamos importante ressaltar a intervenção do assistente social, de acordo com o código de ética profissional de ampliação e consolidação de direitos, sendo buscaremos no serviço social seu instrumental técnico-operativo e teórico-metodológico a garantia de uma consciência de direitos da criança e do adolescente e de deveres dos educadores, como tais e como co-responsáveis por essa clientela.

Cabe ressaltarmos um dos eixos norteadores das ações profissionais, segundo MIOTO (2003 *apud* LIMA, 2004, p.3), que nos orientará nesse processo de capacitação, que são os processos de planejamento e gestão, que nada mais é do que o desenvolvimento de ações voltadas à gestão de recursos humanos e gestão da informação.

No seu fazer profissional, o assistente social está, na maioria das vezes, atuando diretamente com o usuário. Neste projeto, estaremos atuando sob outra perspectiva, pois estaremos trabalhando com aqueles que trabalham diretamente com os usuários. Mas, indiretamente, estaremos envolvidos com a demanda, pois a finalidade maior do projeto é capacitar os educadores e, mais, acima de tudo, estar melhorando o atendimento à criança e ao adolescente.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivos Gerais

- Capacitar os educadores que atuam nos três principais projetos da CVM, sobre o ECA, para que tenham maior conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.
- Fazer ligação das atividades diárias desenvolvidas nos programas e compreensão sucinta sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, para que possam ter um conhecimento maior sobre esta dimensão tão complexa do desenvolvimento de um ser humano.
- Possibilitar a atuação dos educadores junto a esta demanda de forma consciente de seus direitos e deveres e principalmente de suas responsabilidades como educadores.

3.2 Objetivo Específico

- Oportunizar aos educadores que atuavam, nos três principais programas, um aprofundamento do conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, por meio do ECA.
- Contribuir para uma atuação consciente desses educadores, acerca dos direitos e deveres das pessoas atendidas, principalmente no que diz respeito a suas responsabilidades como educadores.
- Proporcionar um aprendizado ético que propicie melhor interação com os atendidos.
- Esclarecer sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente para que possam melhorar o cotidiano das suas ações com esta demanda;
- Realizar encontros motivadores, prevendo estudos e debates entre os educadores, para que possam avaliar suas atividades como multiplicadores de conhecimento, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente.

4 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

1. Aplicação de um questionário, com o intuito de verificar a legitimidade da idéia central do projeto, os interesses dos participantes, a possibilidade de horário e idéias sobre a metodologia mais adequada às suas necessidades;
2. Após análise dos questionários, passaremos a delimitar o número de encontros necessários, horário e a metodologia a ser utilizada;
3. Buscar motivar todos os educadores a participarem, bem como a equipe técnica, pois o assunto é de interesse geral e imprescindível para aprimorar cada vez mais o desenvolvimento das atividades com as crianças e adolescentes.
4. Colocar cartazes nos murais sobre as atividades, com as datas e horários dos encontros, bem como todos os educadores receberam um convite;
5. Os temas abordados serão divididos, sendo um deles sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente tendo como embasamento a teoria de Vygotski; e posteriormente os artigos do Estatuto que dispõem sobre a entidade de atendimento, no caso a CVM. Os artigos que atingem os três programas serão para todos os educadores.;
6. Posteriormente, os temas estarão direcionados para os educadores da Casa Lar, onde serão expostos os artigos referentes ao Sistema de Abrigo;
7. Em outro momento, abordaremos os temas voltados para os educadores da Comunidade Terapêutica, com os artigos pertinentes a essa área;
8. Realizar encontros motivadores, onde todos serão convidados a participar e a refletir sobre o seu dia-a-dia nas atividades com as crianças e os adolescentes, tendo em vista o ECA;
9. Proporcionar a socialização de experiências vividas pelos educadores e a discussão de assuntos que interessam aos participantes do grupo;
10. Utilizar dinâmicas que facilitem a interação entre o grupo.

5 PÚBLICO ALVO

Toda a equipe de educadores que desenvolve atividade nos três programas mantidos pela Creche Vinde a Mim as Criancinhas.

São oito educadoras do sexo feminino na Casa Lar Jandira Jovita da Rosa; quatro educadores do sexo masculino na Comunidade Terapêutica e 12 educadoras do sexo feminino no Centro Educacional.

6 METAS QUANTITATIVAS

- Que todos os educadores possam estar presentes durante as atividades de capacitação;
- Que a equipe técnica, dentro das suas possibilidades, possa participar dos encontros;
- Que todos possam ter um conhecimento maior sobre o estatuto e possam repassar às crianças e adolescentes que existe uma lei que garante seus direitos, como “um ser em desenvolvimento”; que todos são responsáveis pelo seu bem estar físico, psíquico e social.
- Desenvolver a capacitação nos meses de abril e maio de 2007, em no máximo quatro encontros.

7 AVALIAÇÃO E CONTROLE

- No final de cada encontro, faremos uma avaliação verbal do conteúdo ministrado, juntamente com os participantes, sobre as dificuldades, a necessidade de abordar outros temas e a metodologia utilizada;
- A frequência dos participantes será um indicador utilizado para a avaliação;
- As ausências serão avaliadas com o propósito de verificar-se o motivo das ocorrências;
- No final do projeto de capacitação, faremos uma avaliação de todo o processo, para que possamos apontar o que poderia ser melhorado, o impacto junto ao público alvo e as dificuldades enfrentadas;

8 CRONOGRAMA

Datas	Procedimentos
1º quinzena do mês de Abril	Aplicação dos questionários. / Análise dos questionários
2º quinzena do mês de Abril e o mês de Maio	Execução em três encontros do curso de Capacitação para os Educadores sobre o ECA.
Mês de Junho	Avaliação de todo o processo.

8.1 Encontros

Temas	Programas		
	Casa Lar	Comunidade Terapêutica	Centro Educacional
1º TEMA Desenvolvimento da criança e do adolescente	x	x	x
2º TEMA Entidades de Atendimento / artigos que abrangem todos os programas	x	x	x
3º TEMA Abordagem de artigos referentes à Casa Lar	x		
4º TEMA Artigos pertinentes à Comunidade Terapêutica		x	

9 RECURSOS

- **Recursos Humanos**

- 1 estagiária de Serviço Social.
- 1 psicólogo

- **Recursos Materiais**

- cartolina;
- folhas de papel A4;
- tinta para impressora.

- **Recursos Permanentes**

- sala para os encontros;
- cadeiras
- mesa
- computador

REFERÊNCIAS

BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 35-43.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

HOROSTECKI, M. F. O adolescente e sociedade: uma construção social. Chapecó: Universidade Comunitária de Chapecó, 2003. Projeto de Psicologia.

LIMA, T. C. S. **A intervenção do Serviço Social:** propondo o debate sobre ações sócio-educativas. *In* Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Anais...2004, p.1-9.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA DE INTERESSE

Nome da educadora:

Programa : Casa Lar

Tendo em vista o trabalho desempenhado por vocês educadores da CVM com as crianças e adolescentes, eu Cíntia Coelho, estagiária do Serviço Social supervisionada pela assistente social Izaiane Latrônico Motta, venho convidá-los a responderem este questionário, sendo que, a partir das respostas, será possível sabermos se minha proposta de desenvolver um grupo socioeducativo com os educadores, em nível de capacitação, é viável ou não, e qual a disponibilidade tempo de vocês.

O projeto tem como objetivo a capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e desenvolvimento infanto-juvenil.

Os assuntos a serem abordados serão divididos em 4 temas principais, os quais estarão voltados para cada programa:

- 1º tema: Desenvolvimento infanto-juvenil (Base teórica Vygotski,);
- 2º tema: Artigos do ECA que dispõem sobre a entidade de atendimento, no caso a CVM, e alguns artigos que atingem os três programas, que serão para todos os educadores;
- 3º tema: Estará direcionado para os educadores da Casa Lar, em que serão expostos os artigos referentes ao sistema de abrigo;

Você tem interesse em participar?

() sim () não

Tempo de duração do encontro:

() 1:30h
() 02:00h

Dias para os encontros

() durante a semana (período noturno) 2ª() 3ª() 4ª() 5ª() 6ª()
() aos sábados (período matutino)

OBS:

Número de encontros

() 02 encontros ao mês
() 03 encontros ao mês
() 04 encontros ao mês

Metodologia utilizada

() dinâmicas de grupo
() teatro
() data show
() discussão e explicação

AGUARDO A COLABORAÇÃO DE VOCÊS!!!!
OBRIGADA!

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA EDUCADORAS DA CASA LAR JANDIRA JOVITA DA ROSA

AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS

- O QUE VOCÊ ACHOU DA METODOLOGIA UTILIZADA NOS ENCONTROS?
 () RUIM () REGULAR () BOM () ÓTIMO

- E AS DINÂMICAS?
 () RUIM () REGULAR () BOM () ÓTIMO

- COMO AS DINÂMICAS CONTRIBUÍRAM PARA A APREENSÃO DO ESTATUTO?

- O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ABORDADO NOS ENCONTROS?
 () RUIM () REGULAR () BOM () ÓTIMO

- QUAIS OS ARTIGOS QUE LHE CHAMARAM MAIS A ATENÇÃO? PORQUÊ?

- QUE CONTRIBUIÇÕES ESTA CAPACITAÇÃO TROUXE PARA VOCÊ COMO EDUCADORA?

- O CURSO ATINGIU SUAS EXPECTATIVAS? CITE ALGUNS EXEMPLOS.

- SE VOCÊ QUISER DEIXAR ALGUMA OBSERVAÇÃO, SUGESTÕES, CRÍTICAS OU AINDA ALGUMA TEMÁTICA QUE GOSTARIA QUE FOSSE ABORDADA EM FUTUROS ENCONTROS, ESCREVA NO ESPAÇO ABAIXO OU NO VERSO DA FOLHA.

APÊNDICE D - CONVITES

CONVITE - 1º ENCONTRO

Educadoras...

Convido vocês a participarem do nosso primeiro encontro para capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Que se realizará no
dia: 27/04/2007 às 15:00hs
na CVM.**

**Conto com a presença de
Todas!!!!!!!**

Cíntia Coelho



Imagem fonte: não encontrada

CONVITE - 2º ENCONTRO

Olá educadoras....

*Convido vocês a participarem
do nosso segundo encontro para
capacitação sobre o Estatuto
da Criança e do Adolescente.*

*Que se realizará no dia 11/05/2007
às 15:00 na CVM.*

*Não esqueçam do artigo que ficou
para cada dupla discutir e trazer o que
entendeu!!!!!!!!!!!!*

*Para que possamos socializar no
encontro!!!!*

*Conto com a presença de vocês!
Obrigada.*

Cíntia Coelho



Imagem fonte: http://i11.photobucket.com/albums/a195/spiderwebtale/indigo_children.jpg

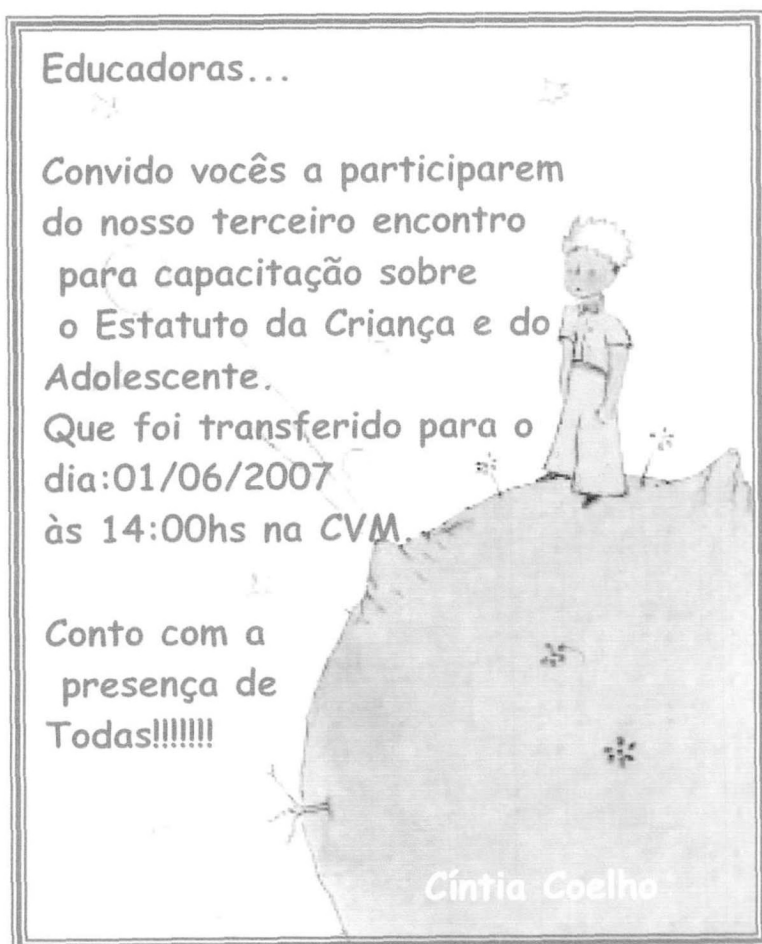
CONVITE - 3º ENCONTRO

Imagem fonte: <http://cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/images/che/saintex3.jpg>

APÊNDICE E – RESUMO DO PRIMEIRO ENCONTRO

HISTÓRICO DA CRECHE E ORFANTO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS

- Fundada em 01/11/1978
- Legislação vigente – Código de Menores
- 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – mudanças na instituição para atender à nova legislação
- Entidade filantrópica de assistência social – sem fins lucrativos
- Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Com 29 anos de existência, atende cerca de 300 famílias, através dos três programas: Casa Lar, Comunidade Terapêutica e Centro Educacional

QUEM MANTÉM A CVM ?

- Projeto Viva Criança
- Missão Batista Canadense
- Missão Batista dos Estados Unidos
- Diversos (mantenedores, bazar, campanhas, empresas, doações)
- FMAS – Governo Federal – Educação Infantil
- Prefeitura Municipal São José – Educação Infantil
- FMAS – Governo Federal – Convênio Casa Lar
- Secretaria Desenvolvimento Social – Convênio Casa Lar
- PM São José – Convênio Casa Lar
- Secretaria Segurança Pública – Convênio Comunidade Terapêutica
- PM São José – Convênio Comunidade Terapêutica
- PM Florianópolis – Convênio Comunidade Terapêutica

SURGIMENTO DA QUESTÃO DA INFÂNCIA

- Descoberta da Infância = Europa - século XIII
- **Brasil Colônia** = jesuítas; crianças índias = papel em branco
- **Império** = desvalidos e abandonados
- **República 1889 / 1930** = mão – de – obra /distinção menor e criança
 - **Código de Menores 1929** = proteção e repressão/defesa social
- **Era Vargas 1930 / 1945** = “questão nacional” / SAM = correcional repressivo
- **Período Democrático - Populista 1945 / 1964** = controle da ordem social – declínio do SAM.
- **Período Autoritário 1964 / 1985** – “questão de ordem nacional” / FUNABEN
 - 1978 - distensão política
 - Código de Menores 1979 = “situação irregular”
- **Década de 80** = “cidadão de direitos - Movimentos Sociais/Sociedade Civil = influência internacional
 - **Constituição de 1988** – artigo 227 - “proteção integral”
 - **Estatuto da Criança e do Adolescente** - 1990

O QUE É UMA CASA LAR?

- SISTEMA DE ABRIGO
- MEDIDA DE PROTEÇÃO;
- ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TIVERAM SEUS DIREITOS VIOLADOS;
- CUIDADOS DE SEGURANÇA FÍSICA, PSÍQUICA E MORAL, E CUIDADOS RELATIVOS À HIGIENE, ALIMENTAÇÃO, AFETO E EDUCAÇÃO;
- RESIDÊNCIA SEM QUALQUER IDENTIFICAÇÃO;
- BUSCA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL;
- AUTONOMIA;
- CONSCIÊNCIA DE MUNDO;
- RESPONSABILIDADES;
- COOPERAÇÃO;
- REPEITO A SI E AO PRÓXIMO.

PORQUE NÃO É MAIS CHAMADO DE ORFANATO?

- **ORFANATO** = ESTABELECIMENTO, INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA ONDE SE RECOLHEM, SUSTENTAM E EDUCAM ÓRFÃOS;
- **ÓRFÃO** = AQUELE QUE PERDEU OS PAIS OU UM DELES; DESAMPARADO, ABANDONADO.

PORQUE SÃO ENCAMINHADOS?

I - POR AÇÃO OU OMISSÃO DA SOCIEDADE OU DO ESTADO;

II - POR FALTA, OMISSÃO OU ABUSO DOS PAIS OU RESPONSÁVEL;

III - EM RAZÃO DE SUA CONDUTA. (ART. 98, ECA)

QUEM ENCAMINHA ESSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

- JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
- CONSELHO TUTELAR

QUEM FISCALIZA?

- CONSELHO TUTELAR
- VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
- MINISTÉRIO PÚBLICO
- CONSELHO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
- CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- EMPRESAS
- BOMBEIROS
- VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- PESSOA FÍSICA
- FAMÍLIA DOS ABRIGADOS.

PORQUE O SIGILO?

- O SISTEMA DE ABRIGO



PROCESSO JUDICIAL

COMO ACONTECE A APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO DOS ABRIGADOS?

- **SOCIOINTERACIONISMO** = APRENDIZAGEM ACONTECE NA INTERAÇÃO COM O OUTRO;
- **AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS** = TODOS PODEM SER EDUCADORES EM POTENCIAL
- **METODOLOGIA DE PAULO FREIRE** = REFLEXÃO E CONSCIÊNCIA

O QUE ACONTECE QUANDO O ABRIGADO CHEGA À CASA LAR?

PAPEL DAS EDUCADORAS:

- FOLHA DE ENCAMINHAMENTO (VERIFICAR SE É DE SÃO JOSÉ);
- ACOLHIMENTO AO ABRIGADO.

PAPEL DA ASSISTENTE SOCIAL:

- INFORMAR AO JUIZ;
- ATENDIMENTO AO ABRIGADO PARA INFORMÁ-LO DE SUA SITUAÇÃO;

- ENTRAR EM CONTATO COM O CONSELHO TUTELAR E /OU FÓRUM E, SE POSSÍVEL, COM A FAMÍLIA;
- PRONTUÁRIO DO ABRIGADO COM O ENCAMINHAMENTO E OFÍCIOS E DOCUMENTOS;
- MATRÍCULA NA ESCOLA;
- DOCUMENTAÇÃO (RG, CPF, CARTEIRA DE SAÚDE, DE TRABALHO);
- ENCAMINHAMENTO PARA PSICÓLOGA OU PARA O SENTINELA;
- A PARTIR DOS 14 ANOS, INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO;
- ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO À FAMÍLIA.

QUAIS OS FINS DAS ATIVIDADES?

- **RETORNO À FAMÍLIA**

- ORIENTAÇÃO À FAMÍLIA;
- ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA.

- **ADOÇÃO**

- ESGOTADAS AS POSSIBILIDADES DE RETORNO À FAMÍLIA;
- PERDA DOS VÍNCULOS FAMILIARES;
- ENCAMINHAMENTO DA FAMÍLIA AO FÓRUM;
- VÍNCULOS COM A CRIANÇA E / OU ADOLESCENTE

- **18 ANOS**

- INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO;
- PROFISSIONALIZAÇÃO;
- CONSCIÊNCIA DE MUNDO;
- AUTONOMIA;
- RESPONSABILIDADE COMO CIDADÃO;
- INDEPENDÊNCIA.
- INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO;

ANEXO – ARTIGOS DO ECA ABORDADOS NOS ENCONTROS

Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá** **outras providências**

Título I **Das Disposições Preliminares**

- **Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- **Art. 2º** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- **Art. 3º** A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- **Art. 4º** É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:
Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- **Art. 5º** Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- **Art. 11.** É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- **Art. 13.** Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- **Art. 14.** Parágrafo único. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.